



SINDICAL

APEOESP / 28º CONGRESSO

*Um palanque político
para a defesa do governo
burguês de Lula/Alckmin*

+ pag/11

SINPEEM / 34º CONGRESSO

*Burocracia amplia o
autoritarismo no 34º
Congresso do Sinpeem*

+ pag/13

HISTÓRICAS

*Revoluções
Proletárias
na Rússia
e na China*

+ pag/22 a 25

GOVERNO DE FRENTE AMPLA LULA/ALCKMIN AVANÇA COM AS PRIVATIZAÇÕES E AOS ATAQUES AO FUNCIONALISMO PÚBLICO

EDITORIAL pag / 2 e 3

*Centrais e sindicatos se mobilizam para as eleições burguesas de 2026
e traem o conjunto dos trabalhadores e demais oprimidos ao negar
defendê-los dos ataques desferidos pelo governo burguês de Lula*

NACIONAL

*O Congresso Nacional
está descolado
dos interesses
dos explorados*

+ pag/4

*A Reforma
Administrativa levará
à destruição dos
serviços públicos e
do funcionalismo*

+ pag/6

INTERNACIONAL

EDITORIAL

*O imperialismo caminha para um confronto
contra contra as nações oprimidas
e os estados operários degenerados*

+ pag / 26 e 27

GENOCIDIO PALESTINO

+ pag/18 a 21

*Agora é o momento de combater os governos e a
burguesia com os métodos e estratégia da luta de classe
para impor a ruptura total de relações com Israel!*

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Governo de frente ampla Lula/Alckmin *avança com as privatizações e os ataques ao funcionalismo público*

Centrais e sindicatos se mobilizam para as eleições burguesas de 2026 e traem o conjunto dos trabalhadores e demais oprimidos ao negar defendê-los dos ataques desferidos pelo governo burguês de Lula

Em 1990, diante da chamada “abertura econômica”, Fernando Collor sancionou o Programa Nacional de Desestatização – PND (Lei nº 8031/90), que posteriormente foi aprofundado por Fernando Henrique Cardoso em 1997 (Lei nº 9491/97). O “programa” é a regulamentação de diferentes vias à privatização, como abertura de empresas à participação de capital privado, concessão, comodato etc., e foi utilizado por diversos governos para entregar empresas estatais e infraestrutura pública nas mãos da burguesia nacional e imperialista.

Atualmente, o Partido dos Trabalhadores (PT) volta suas críticas às privatizações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que privatizou a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (Emae) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)¹, além de concessões de rodovias, trens² e loteria estadual, e PPP (Parceria Público-Privado) de construção e gestão não pedagógica de 17 novas escolas no oeste do estado³. As críticas têm sua raiz na disputa eleitoral – Tarcísio se cogitava como candidato para presidente em 2026, o que ainda não está confirmado, uma vez que sua política privatista, contudo, é muito semelhante à que aplica os governos do PT (Lula e Dilma privatizaram aeroportos, rodovias, portos etc.). O mesmo pode ser observado com os governos estaduais do PT, como por exemplo no Piauí, onde Rafael Fonteles (PT) extinguiu a

Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) em julho após desistir de privatizá-la, permitindo todos os servidores e passando a distribuição de água e coleta de esgoto para as mãos da concessionária Águas do Piauí até 2059.

Se é verdade que o PT critica seus adversários eleitorais (desde 1989) pelas privatizações realizadas, também é verdade que as realiza sobre outra nomenclatura (concessão, parcerias público-privadas, programa de parceria de investimento, etc.) mas com o mesmo conteúdo anti-nacional e entreguista de garantir a penetração da burguesia nos segmentos de serviços públicos e empresas estatais para extrair lucro à custa de rebaixar a qualidade na prestação dos serviços para a população assalariada. Um exemplo disso foram as concessões a partir de 2011 do governo de Dilma Rousseff (PT).

LULA AVANÇA COM A PRIVATIZAÇÃO DE RODOVIAS, HIDROVIAS E METRÔ

Foram publicados decretos de Lula que incluem três rodovias federais no PND, e uma quarta para “estudos”, além de três hidrovias na Amazônia. Também anunciou o início dos trâmites para a privatização do metrô de Recife, hoje administrado pela estatal Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Estes se somam à ameaça de privatização do polo Bahia Terra⁴ (Petrobrás), o avanço da privatização dos Correios⁵, o leilão para exploração de petróleo na bacia da foz do rio Amazonas⁶, e a não revogação e não reestatização das privatizações feitas por Bolsonaro.

O histórico e as novas privatizações

realizadas pelo PT demonstram que quaisquer críticas são demagógicas e fazem parte exclusivamente da disputa eleitoral, assim como servem para ocultar a política aplicada de permitir a ampliação da penetração dos capitalistas nos serviços estatais com o objetivo de lucro da burguesia.

A PRIVATIZAÇÃO DAS HIDROVIAS NA AMAZÔNIA IMPACTA COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O MEIO AMBIENTE

As três hidrovias federais incluídas por Lula no Programa Nacional de Desestatização ficam no Rio Madeira, Rio Tocantins e Rio Tapajós. Atualmente, as comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas e quilombolas isoladas são atendidas por essas hidrovias, algo que pode deixar de acontecer tanto pela elevação das tarifas para aumentar o lucro da futura concessionária privada, como pela retirada de pontos de atracação pouco movimentados, o que dificultará ainda mais o acesso destas pessoas aos serviços básicos de saúde e educação. Outra questão é o possível impacto ambiental, já que a maior movimentação de cargas pode exigir dragagens constantes e alteração da biodiversidade pela ação dos combustíveis despejados nas águas, pela poluição sonora etc., causando impacto ainda no meio natural de subsistência de comunidades ribeirinhas marisqueiras (que coletam mariscos e praticam pesca artesanal).

A EXPERIÊNCIA DAS PRIVATIZAÇÕES COMO ATAQUE AOS TRABALHADORES SOMADA COM A REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRIZAÇÃO

Certamente, hoje, no Brasil, o vínculo de emprego e direitos trabalhistas mais favoráveis é o do servidor público. Não pelo falso discurso dos altos salários, que são exceção, mas principalmente pela estabilidade no emprego (impossibilidade de demissão, salvo casos excepcionais), há muito tempo per-

1. Privatismo e entreguismo correm à solta pela responsabilidade e traições das direções sindicais – Pág. 05 do O Internacionalista nº 18 (agosto de 2024).

2. Burocracia do Sindicato dos Ferroviários de SP enterra greve aprovada em assembleia e favorece a privatização das linhas 11, 12 e 13 da CPTM – Pág. 12 do O Internacionalista nº 26 (abril de 2025).

3. Governo Tarcísio leiloa escolas estaduais, enquanto a direção da Apeoesp se nega a organizar a luta coletiva da categoria – Pág. 09 do O Internacionalista nº 21 (novembro de 2024).

4. Ameaça de privatização no Polo Bahia Terra – Pág. 18 do O Internacionalista nº 30 (agosto de 2025).

5. Avança a privatização e quebra do monopólio dos Correios – Pág. 19 do O Internacionalista nº 31 (setembro de 2025).

6. Avança o controle do imperialismo sobre o petróleo brasileiro e a opressão sobre os povos indígenas – Pág. 05 do O Internacionalista nº 29 (julho de 2025).

→ dido pelo celetista (até 1966, o trabalhador que completasse 10 anos na mesma empresa adquiria estabilidade).

As privatizações, em suas diferentes formas (concessão, comodato, PPP, entre outras), demonstram que o passo seguinte é a redução do número de empregados ou, quando se mantém ou aumenta levemente, se intensifica a exploração reduzindo salários, tirando direitos, terceirizando, contratando temporariamente com modalidade de PJ etc. Um estudo da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) aponta que a redução do quadro de funcionários das empresas privatizadas na década de 1990 chegava à 40%. Na atualidade, a política de demissões para aumentar o lucro se mantém. Para se ter uma ideia, a Sabesp demitiu 2 mil funcionários desde sua privatização, concluída em julho de 2024, e o sindicato Sintaema denuncia que a empresa já tem planos para novo PDV (Programa de Desligamento Voluntário) – um ataque disfarçado de adesão voluntária.

Em paralelo às privatizações, a flexibilização das relações de trabalho pela terceirização⁷ no setor público e o amadurecimento da Reforma Administrativa⁸ (ver matéria na página 6) terminam de fechar o cerco ao funcionalismo público, que já sente o efeito do sucateamento dos serviços públicos pelo corte de verbas do arcabouço fiscal e da contrarreforma previdenciária. Na prática, trata-se de um conjunto de investidas contra os servidores, que ficaram conjunturalmente de fora da contrarreforma trabalhista, ao mesmo tempo que põe nas mãos da burguesia empresas estatais e infraestrutura para extração de lucro.

É importante destacar que a futura contrarreforma administrativa não tramita no parlamento por fora dos interesses do governo de frente ampla Lula/Alckmin, pois este já a aplicou nos servidores do INSS⁹ nos mesmos mol-

des e apoia sua aprovação, como ficou claro na declaração recente do Ministro Haddad a favor da progressão na carreira e no salário dos funcionários pela via do mérito (avaliação), inclusive das demissões dos que não cumprirem as “metas”.

“

...

(...) as centrais e sindicatos se subordinam às eleições burguesas e ao governo burguês anti-popular e pró-imperialista, negam erguer movimentos em defesa dos trabalhadores e demais oprimidos, os traindo abertamente, favorecendo assim que continuem e estendam os ataques e as privatizações.

A TRAIÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS E SINDICATOS

O governo Lula e o PT seguem com as privatizações para atender a necessidade da burguesia, escancarando seu conteúdo de classe burguês. Discursam que estão em “defesa dos trabalhadores” hipocritamente enquanto atacam as massas e aplicam todas as medidas ditadas pelos capitalistas e o capital financeiro.

As centrais e sindicatos, dirigidos principalmente por reformistas, centristas e estalinistas, se negam a impulsionar a disposição de luta dos oprimidos e combater os ataques do governo que consideram como “seu”. Assim, pavimentam o caminho para mais ataques sem uma verdadeira resistência dos explorados por meio da ação direta, único caminho possível para barrá-las. Ao invés de combater os ataques do governo em defesa de seus filiados, enterram as greves substituindo-as por ações judiciais e apelos ao parlamento que sempre acabam em derrotas e retrocessos.

Adotam este método, para não atingirem a governabilidade e popularidade¹⁰ de Lula, que apesar da melhora

10. Governo de Frente Ampla tenta reverter a queda de popularidade com paliativos e migalhas - Pág. 03 do O Internacionalista nº 26 (abril de 2025).

comparada ao 1º semestre, segue com desaprovação maior e precisa aumentar para o pleito de 2026.

Assim, as centrais e sindicatos se subordinam às eleições burguesas e ao governo burguês anti-popular e pró-imperialista, negam erguer movimentos em defesa dos trabalhadores e demais oprimidos, os traindo abertamente, favorecendo assim que continuem e estendam os ataques e as privatizações

É NECESSÁRIO CONTER OS ATAQUES POR MEIO DA AÇÃO DIRETA E AVANÇAR COM A PAUTA DOS EXPLORADOS

Não há a possibilidade de um governo burguês atender as reivindicações dos assalariados e demais oprimidos. O governo de Lula atende aos interesses dos capitalistas e impulsiona o parasitismo, o entreguismo e as contrarreformas contra as condições de vida dos trabalhadores. As massas devem combater os ataques dos governos e patrões com o método próprio do proletariado, por meio da ação direta e coletiva, e munidos com o programa da revolução e ditadura proletárias, lutar contra a burocracia pelega nos sindicatos visando organizar os explorados para derrotar os ataques, reverter as privatizações e as demissões, avançando assim pelo caminho da expropriação dos meios de produção das mãos da burguesia.

É por meio da revolução proletária que se instaurará o governo operário e camponês, único governo que verdadeiramente poderá atender as necessidades dos oprimidos. ●

.....
////////////////////////////////////



7. A terceirização e seus impactos sobre os trabalhadores. O maior crescimento desse fenômeno se dá nos governos do PT. A luta contra a terceirização é urgente. - Pág. 07 do O Internacionalista nº 25 (março de 2025).

8. Reforma administrativa avança no congresso: mais um ataque do governo contra o funcionalismo. - Pág. 03 do O Internacionalista nº 30 (agosto de 2025).

9. Governo de Frente Ampla aplica “reforma administrativa” sobre os servidores do INSS - Pág. 04 do O Internacionalista nº 26 (abril de 2025).

O Congresso Nacional está completamente descolado do que realmente interessa aos explorados e oprimidos

É com a ação direta que o proletariado e os demais oprimidos abrem uma via à luta por suas reivindicações e liberdades democráticas que vêm sendo atacadas por todos os governos

Setembro e início de outubro foi um período marcado pelas viragens nas relações de forças dos partidos da burguesia no interior do Congresso Nacional. A retirada da PEC da Blindagem (que permitia ao Congresso barrar processos criminais no STF contra seus membros erguendo um muro de impunidade à ação criminosa de deputados e senadores) e da Lei da Anistia (que favorecia a libertação imediata e irrestrita dos condenados por “golpismo”), que fora rejeitada no Senado após sua aprovação pelos Deputados, obrigou os governistas e oposicionistas a chegarem a um “meio termo” para enxugar as propostas para serem mais palatáveis à aprovação de uma maioria em ambas as casas. A eleição de Paulinho da Força (Solidariedade) como relator foi condizente com a necessidade de contar com um homem da política burguesa acostumado às traições, às manobras e às negociações.

//

...

(...) houve uma **“derrota política” - circunstancial - da aliança da direita e ultradireita no Congresso.**

O principal fator foi, sem dúvida, os massivos protestos e a rejeição da maioria da população aos projetos aprovados na Câmara de Deputados.

(...)

As brigas intestinais nos partidos direitistas seguem o curso dos objetivos eleitorais.

Pendia sobre as cabeças dos congressistas as pesquisas que indicavam que a maioria nacional era contrária a qualquer impunidade e anistia aos responsáveis da ameaça golpista contra o governo Lula. Massivas manifestações foram deflagradas em 26 capitais contra a PEC da Blindagem e a Lei da Anistia. O interesse criado na renovação de cargos de deputados e senadores, que aprovando as pautas negociadas poderiam perder apoio eleitoral, pesaram no recuo de direitistas no Congresso e, posteriormente, na aceitação da negociação de mudanças nesses projetos quando, dias antes, se apresentavam irreduzíveis. Segundo informações, houve negociações entre membros do STF e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), para que houvesse modificações no texto original, a exemplo de redução de penas e manutenção da prisão domiciliar para Bolsonaro, sem admitir qualquer “perdão amplo” pelos crimes julgados pelo STF. Como consequência, Motta separou o projeto apresentado pelo PL em 2022, e introduziu um novo texto de Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) que refletia o “acordão”. O recuo de Tarcísio (que fora proclamado há semanas atrás o candidato dessa frentona direitista e ultradireitista) após receber críticas pela sua defesa da anistia, e ver que sua declaração ia na contramão da maioria de votantes, decidindo “baixar” (por enquanto) sua candidatura, indicou até onde chegava o “erro” de análise eleitoral da direita de usar a PEC da Blindagem e a Lei de Anistia como fator agregador para erguer essa frente eleitoral visando vencer as eleições.

A ofensiva pela destituição de Eduardo Bolsonaro, “exilado” nos EUA, pelos crimes de atentado às instituições e à soberania nacional por suas ações em favor das medidas de Trump com o objetivo de pressionar

a ser imposta a ampla anistia para seu pai, se deu nesse quadro em que a imagem de Lula crescia e dos bolsonaristas caía como resultado de seu servilismo a Trump e seus ataques ao STF. Eis porque a Federação União Progressista (União Brasil/UB junto do Partido Progressistas /PP) começou a sofrer crises internas logo após um mês de formada. Almejava-se que o governo derreteria sob pressão de Trump e se abriria com a condenação de Bolsonaro uma via para erodir seus apoios e fortalecer os da frente ampla da direita e ultradireita para 2026. Está aí o exemplo do Ministro de Turismo (União Brasil) que se negou a abandonar o cargo como decidido pela cúpula partidária, para mostrar seu efeito contrário no momento em que as condições da situação política mudaram conjunturalmente. Apenas o bolsonarismo se manteve firme visando criar as condições para abrir caminho a uma futura candidatura de Bolsonaro ou, pelo menos, condicionar a eleição do candidato de “unidade” da direita e ultradireita.

É nesse estrito sentido que cabe caracterizar que houve uma “derrota política” - circunstancial - da aliança da direita e ultradireita no Congresso. O principal fator foi, sem dúvida, os massivos protestos e a rejeição da maioria da população aos projetos aprovados na Câmara de Deputados. Tendência que se viu reforçada após o governo Trump acenar uma aproximação “amigável” a Lula. As brigas intestinais nos partidos direitistas seguem o curso dos objetivos eleitorais. Por isso é que as posições em favor de tal projeto podem, semana depois, serem mudadas sem qualquer explicação.

A crise também atingiu o PT, quando 12 deputados do partido votaram favorável à PEC da Blindagem. Após as duras críticas, se “desculpam” dizendo votaram a favor para

→ a garantir apoios contrários à Lei da Anistia ou por serem enganados de que, não sendo aprovada, o centrão e o bolsonarismo travariam todas as pautas favoráveis ao governo no Congresso. Por sorte, para os interesses eleitorais dos petistas, a saboneteada desses deputados não alterou a imagem positiva que ainda mantém Lula.

Mas isso não significa que tenha garantida sua vitória eleitoral. O curso da crise capitalista e os passos dados pelo governo para a descarregar os abalos da crise capitalista sobre as massas podem alvejar os objetivos eleitorais dos petistas e seus aliados. As privatizações, a aprovação da Reforma Administrativa, a manutenção do Arcabouço Fiscal, o recorte de repasses orçamentários para serviços públicos e as novas medidas que atacam as condições de vida das massas exploradas e oprimidas, que são apoiadas pelo petismo e seus aliados, demonstra que fora a disputa eleitoral existe um acordo entre reformistas, direitistas e ultradireitistas para aplicar os interesses da burguesia - ainda que possa existir choques

ocasionais ao redor a seu alcance e violência sobre salários, empregos e direitos dos trabalhadores.

A unidade ao redor dos objetivos mais gerais da burguesia para descarregar a crise sobre as costas dos explorados e oprimidos demonstra que Congresso está completamente descolado do que realmente interessa aos explorados e oprimidos, e que todos os partidos da ordem burguesa são instrumentos da burguesia para atacar suas condições de vida e trabalho. O show de acordos e votações feitas e logo desfeitas não apagam a responsabilidade coletiva dos partidos burgueses no avanço da Reforma Administrativa. E menos ainda deve apagar da consciência das massas as traições da burocracia e direções sindicais e políticas da base governista contra as lutas em defesa de suas reivindicações. Está aí a explicação de porque o PT se fundiu e assimilou o “toma lá, dá cá” da política burguesa, que como faz a burocracia sindical, leva os petistas a acreditar ser justificável impor ataques e aprovar retrocessos aos trabalhadores em benefício da governabilidade de Lula,

de sua candidatura ou da eleição de deputados e senadores de “esquerda” para limpar o Congresso da direita e da ultradireita.

A subordinação dos explorados à democracia e eleições burguesas serve a sua domesticação e aceitem os ataques contra suas condições de vida orquestradas e aplicadas pelo governo Lula. Eis porque, como afirmamos no último jornal, *“Perante a embriaguez democratizante e a subserviência à democracia burguesa”*, é o dever dos revolucionários impulsionar a luta das massas por suas reivindicações e conquistar sua independência de classe, avançando à *“ruptura dos sindicatos e organizações com todos os governos burgueses”*. Essa conclusão é a que a vanguarda que não afundou na retórica democratizante deve assimilar e, assim, desenvolver a luta de classes *“que eleve o instinto comunista do proletariado à estratégia da revolução e ditadura proletárias”*¹. ●

1. “Crise política agrava a disputa eleitoral inter-burguesa antes mesmo de começar as campanhas para 2026”, OI nº 31, de setembro de 2025.

O POR NOS PROVÊ DE MAIS UMA AMOSTRA DE COMO O REVISIONISMO ANTIMARXISTA LEVA A POSIÇÕES CENTRISTAS

As massivas manifestações que se ergueram sob as bandeiras de “Não à PEC da Blindagem!” e “Sem anistia!” foram convocadas e organizadas pelas direções governistas e centristas para a defesa da democracia burguesa, da candidatura “Lula 2026” e das instituições da ditadura de classe da burguesia. Quem se subordinou ao chamado das organizações políticas e sindicais governistas, acabaram *“se adaptando ao atraso e transformando as ilusões democráticas em uma política “socialista” farsesca”*¹.

Esse é o caso do Partido Operário Revolucionário (POR). Em nota no Massas nº749 (“Rejeitar o eleitoralismo”), afirma-se que seus militantes intervieram nas manifestações no campo do “setor da esquerda” que estava a favor *“do movimento democrá-*

tico de luta contra a ascensão da ultradireita bolsonarista”, mas que não se alinha aos objetivos do governismo. Caracteriza as manifestações como um passo para *“constituir um movimento massivo contra as tendências oligárquicas e ditatoriais encarnadas pela ultradireita bolsonarista”*. Declara ainda que o POR teve a “clareza” de rechaçar a impostura democratizante do PT e aliados *“voltada à utilização da questão democrática para objetivos eleitorais e de defesa das instituições da burguesia em decomposição”*. E que *“a derrota do movimento burguês ditatorial depende da classe operária tomar em suas mãos a luta democrática, como parte do programa de reivindicações próprio e da estratégia da revolução social”*.

A suposta “luta democrática” à que se refere o POR é hegemônica pelo PT e aliados para defender o regime e a democracia burguesas. Estava claro desde a convocatória das manifesta-

ções que a “questão democrática” colocada nessas manifestações estava subordinada aos objetivos eleitorais do PT e aliados. Para que outra coisa serviria um movimento dirigido por partidos adaptados às instituições e métodos da burguesia? Ora, se se entende a “luta democrática” como a luta do proletariado em defesa de suas liberdades democráticas e direito organização e manifestação, tem todo sentido exigir que o proletariado encabeçasse *essa* “luta democrática”. Isto porque somente quando as massas se levantam na defesa de suas reivindicações e liberdades democráticas e entram em choque contra a burguesia e seu estado e governos é que *essa* “luta democrática” pode confluir com a estratégia revolucionária. Não existindo esse fato, o “rechaço” do POR à impostura democratizante do PT e aliados não passa de decorado marginal a um movimento democratizante burguês. ●

1. “Prisão aos golpistas - Como a esquerda democratizante acaba se subordinando à política reacionária da burguesia”, OI nº 31, de setembro de 2025.

A Reforma Administrativa levará à destruição dos serviços públicos e do funcionalismo em benefício dos capitalistas e dos parasitas da dívida pública

O governo *Lula* é responsável por apoiar mais essa contrarreforma que estende as reformas trabalhista e previdenciária para todo o funcionalismo

A situação política nacional foi hegemônica pelos choques parlamentares ao redor das PEC da “Blindagem” e da “Anistia”. Ambas as propostas constituem um campo em que se forjam ou desfazem alianças com vistas nas eleições de 2026. Os choques e acusações violentas, bem como as crises internas surgidas nas bancadas, refletem os ajustes políticos e partidários que se realizam seguindo as pesquisas eleitorais e as movimentações a favor ou contra das medidas apresentadas (ver pág. 4).

Os operários, assalariados, camponeses, povos originários e demais oprimidos são arrastados por trás desses ziguezagues da disputa eleitoral inter-burguesa. Os partidos centristas, que se dizem marxistas, rastejam por trás do debate colocado por essas forças que disputam quem será o próximo governo burguês a aplicar os ditames burgueses. E desvia sua atenção de medidas nas quais essas forças se unem (de forma quase unânime) para atacar os trabalhadores. Esse é o caso da Reforma Administrativa, momentaneamente paralisada pela insurgência das campanhas eleitorais antecipadas.

A proposta de Reforma Administrativa e seu “parcelamento” (uma emenda à Constituição, um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária), contabilizando 70 medidas no total, ainda não foram colocadas em tratamento parlamentar. Porém, passado

o tsunami midiático criado ao redor da “anistia”, será tratada e aprovada (próximo ano ou sob o próximo governo) com apoio de amplos setores do PT, caindo como uma bomba no colo do funcionalismo.

Dentre as medidas dos projetos destacam: **1)** mudanças no estágio probatório; **2)** modificação dos regimes de ingressos nas carreiras; **3)** redução do salário inicial do começo das carreiras; **4)** introdução dos contratos temporários; **5)** cadastro único de trabalhadores em regime de contrato temporário; **6)** introdução de metas e bônus atados à “produtividade”; **7)** introdução de avaliação por desempenho e na evolução funcional; **8)** limitação do número de secretarias em cidades sem receita própria; **9)** limites aos salários de diretores de empresas estatais e funcionários no topo de carreiras (judiciário); **10)** revisão dos dias de férias; **11)** mudanças no 14º salário; **12)** regulamentação do trabalho remoto etc.

As **mudanças na “forma de ingresso”** ao serviço público trazem a possibilidade de ingressar nos níveis intermediários das carreiras. Mas essa não será a realidade para a esmagadora maioria que entra sempre pelos escalões mais baixos das carreiras, e nos quais lhes aguarda: **a)** mudanças no estágio probatório de 3 anos para os cargos concursados; **b)** avaliação por desempenho durante o estágio probatório e depois do ingresso à carreira; **c)** contratos temporários; e **d)** re-

dução do salário inicial que será, no máximo, 50% do salário final da carreira, além da introdução dos “bônus” por produtividade. Quanto à introdução dos contratos temporários, a medida estenderá a todo funcionalismo o que já acontece por meio das terceirizações. E isso significa concretamente a equiparação dos salários e condições trabalhistas dos concursados aos terceirizados, portanto, uma redução salarial e destruição de direitos conquistados. Trata-se da aplicação aos serviços públicos da terceirização das “atividades fim” que a Reforma Trabalhista introduziu em todos os setores da produção social, do comércio e serviços privados. Quanto ao “Cadastro de temporários” estende-se a todos os cargos anteriormente concursados. Seu objetivo: diminuir o quadro dos funcionários com estabilidade e ampliar a precarização para todos os setores.

A **avaliação por metas** (produtividade) introduz uma mudança na evolução das carreiras, apagando o tempo de serviço e colocando em seu lugar a avaliação por desempenho (meritocrática) que será submetida ao controle e fiscalização do governo (patrão). Não se trata, como diz o deputado Pedro Paulo, relator do projeto (PSD/RJ), de dar “*maior transparência e previsibilidade para os servidores*”, e sim da intensificação da jornada de trabalho visando o “cumprimento das metas”, sem ter em conta o permanente desfinanciamento

//

...

A avaliação por metas (produtividade) introduz uma mudança na evolução das carreiras, **apagando o tempo de serviço e colocando em seu lugar a avaliação por desempenho** (meritocrática) que será submetida ao controle e fiscalização do governo (patrão). Não se trata, como diz o deputado Pedro Paulo, relator do projeto (PSD/RJ), de dar “*maior transparência e previsibilidade para os servidores*”, e sim da **intensificação da jornada de trabalho visando o “cumprimento das metas”, sem ter em conta o permanente desfinanciamento orçamentário e estrutura disponível para o normal cumprimento das funções.**

→ orçamentário e estrutura disponível para o normal cumprimento das funções. Ao invés da análise objetiva das condicionantes ao funcionamento real dos serviços, se parte de orçamento recortado sob o objetivo geral de obter superávit do estado, ou seja, garantir repasse de mais recursos para pagar dívida e os capitalistas que parasitam o estado via subsídios e créditos.

É nesse sentido que se estabelecerá uma **padronização das tabelas de evolução funcional e salarial** dos diferentes serviços e entes administrativos reduzindo divisões e subdivisões. O objetivo dessa medida que supostamente “igualar” as condições para o ingresso às carreiras, impõe nos fatos a “rotatividade” de funções. A introdução de tecnologias da informação e da IA “simplificaram” as funções exercidas pelos assalariados e, portanto, servem aos governos burgueses para o “achatamento” salarial, perda de direitos e empregos (ver pág. 9 e 10). Como acontece no seio da produção social, a introdução de tecnologias no processo de trabalho simplifica as funções e, portanto, à redução dos salários pelo menor valor na formação da força de trabalho e, conseqüentemente, à concorrência entre assalariados. O que se apresenta como fim das “benesses” dos “setores acomodados” se trata, na verdade, da progressão das leis do capitalismo em áreas do trabalho social que ainda mantinham condições trabalhistas e direitos diferenciados em relação ao trabalho do setor privado. É disso que trata a “racionalização” do funcionamento do estado propagandeado pelos capitalistas, e não de fazer mais eficientes ou estender para as massas a qualidade e quantidade dos serviços públicos prestados.

É dentro desse quadro

que se introduzem as “**metas por produtividade**” que, como demonstra o caso do Itaú, serão controladas por uma “métrica digitalizada” que servirá para determinar os salários, a progressão na carreira, a manutenção ou não do emprego e os recursos orçamentários. O Arcabouço Fiscal condiciona a disponibilidade dos orçamentos para o necessário (e bom) funcionamento dos serviços públicos. O que significa dizer que no quadro de contenção e corte de gastos os setores “mais produtivos” (que façam “melhor uso” dos escassos recursos) poderão aceder a novos aumentos orçamentários, retirando recursos dos setores “menos produtivos”. Dito simplesmente: administrar a miséria por meio da redistribuição de recursos, sem aumento do orçamento geral. Complementa essa medida a **regulamentação do teletrabalho**. Mais uma vez, a nota neste jornal sobre as demissões no Itaú (ver pág. 9) ajudará a entender seu objetivo: precarizar o trabalho, tirar direitos, aumentar a intensidade da jornada de trabalho e justificar as demissões “por justa causa” por não serem atingidas as “metas”.

A proposta de **mudança dos 60 dias de férias** orientada ao funcionalismo do judiciário criará condições para sua modificação para outros setores, sob pressão do da “avaliação por desempenho” e da extensão dos contratos temporários se procurará diminuir os dias de férias, quer dizer, estender a jornada anual de trabalho reduzindo o tempo de descanso, reduzindo os encargos patronais e, portanto, aumentando os recursos disponíveis para apropriação privada pelo capital financeiro (via pagamento da dívida pública) e o os capitalistas (via subsídios, a exemplo de aumento dos repasses do Plano Safra).

O mesmo objetivo cumpre as **mudanças no 14º salário** que, sem dúvidas, será trocado por um sistema de incentivos baseado na avaliação por mérito no cumprimento das “metas”. Sua retirada significará ainda uma redução dos ingressos salariais e não se refletirá em melhorias no serviço público, uma vez que no quadro fixado pelo Arcabouço Fiscal, existe a tendência de esse desaparecer.

A **limitação de números de secretários de cidades sem receita própria** condena à morte a 30% das cidades que não conseguem reunir receitas fiscais e tributárias próprias para seu funcionamento. Diminuir secretarias significa, fundamentalmente, recortar empregos e serviços. Por trás da cenoura simbólica da diminuição dos cargos políticos acoberta-se a redução ou destruição de diversos serviços nas pequenas cidades, portanto, ausência de serviços básicos para um amplo setor da população.

Não pretendemos tratar do conjunto das medidas da Reforma Administrativa, e sim especificamente daquelas que dizem respeito à esmagadora maioria do funcionalismo e que servem para entender o conteúdo e intensidade do ataque que virá com sua aprovação. Inclusive considerando que várias ou todas as propostas possam ser alteradas, a Contrarreforma Administrativa já é um dos maiores ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos realizados há muitas décadas. E complementa as reformas Trabalhista e Previdenciária, a estendendo como rolo compressor por todo o funcionalismo.

A famigerada “racionalização” da Reforma Administrativa significa, na linguagem burguesa, uma maior fatia da mais-valia que está nas mãos do estado sob a

forma de tributos e impostos, para enriquecer e alimentar o parasitismo dos capitalistas sobre os orçamentos públicos. Está aí porque ressalta a urgência da luta unitária, nacional e radicalizada pela sua derrubada. E isso significa mobilizar os trabalhadores contra o governo de Lula que a impulsiona, apoia e pretende aprová-la o quanto antes. Sua aprovação mostraria para a burguesia que essa pode ainda contar com ele para impor seus ataques, graças a seu controle sobre as direções burocratizadas. Em outras palavras: sua aprovação entra no quadro dos cálculos eleitorais do PT e de Lula - ainda que isso signifique desgraçar as massas.

A política revolucionária parte dessa constatação objetiva do conteúdo da Reforma Administrativa e da responsabilidade do governo burguês de Lula em seu tratamento, aprovação e implementação. Assim, enquanto reformistas e centristas se embriagam com as eleições e tentam ludibriar às massas a apoiarem seus candidatos, o dever dos revolucionários é denunciar a farsa eleitoral burguesa e lhes demonstrar que não haverá saída para os explorados e oprimidos no capitalismo. E ajudar as massas a conquistar sua independência de classe, dar às costas à disputa eleitoral inter-burguesa, não confiar nas promessas daqueles que já os traíram e se organizar sobre a base de um programa de reivindicações que as levem a combater os governos e passar por cima da burocracia, recuperando os sindicatos para defender as conquistas e direitos arrancados com sangue a seus exploradores. A crise de direção, porém, se ergue como um obstáculo. A construção do partido proletário revolucionário e internacionalista, é uma tarefa objetiva colocada para abrir caminho à luta de classes e à revolução. ●

A chamada "pejotização" reflete as consequências da contrareforma trabalhista, previdenciária e administrativa que recaem com violência sobre os assalariados

Vem crescendo a substituição do trabalho de carteira assinada pelos contratos de Pessoa Jurídica (PJ), com CNPJ (por isto o termo "pejotização"). Segundo o DIEESE e o Ipea, houve um crescimento exponencial da contratação de assalariados por meio de PJ, passando de 8,5% em 2015 para 14,1% em 2023: foram 18 milhões de pessoas em regime de contratação de PJ. Trata-se de contratos registrados e que, de alguma forma estão submetidos à fiscalização estatal e de organismos públicos, de forma que tendo em conta aquelas relações acobertadas e aqueles contratos que não são registrados, pode ser muitos mais os assalariados sob regime de "pejotização" por todo o país. Um exemplo disso são o aumento de contratos PJ de profissionais da área da saúde, funcionários de empresas de TI, engenheiros, professores, advogados associados, entregadores, transportistas, contratos de trabalho via plataforma digital etc. Essa tendência é dominante especialmente entre os assalariados do comércio e da indústria têxtil, couros e calçados.

Os contratos de PJ estabelecem na realidade uma relação trabalhista (sob a forma camuflada de contrato entre empresas) que é resultado da atuação da lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas que governa o capitalismo. Os capitalistas sempre procuram a redução dos salários e rebaixamento das condições de vida e trabalho para aumentar a taxa da exploração e extração de mais-valia.

Os PJ: 1) não têm encargos sociais e trabalhistas garantidos; 2) recebem um salário menor em referência ao salário mínimo de efetivos; 3) não tendo seguro-desemprego, não haverá qualquer proteção legal se demitido; 4) em geral não recebem adicionais como 13º salário, férias, FGTS, adicionais noturnos, horas extras, verbas rescisórias, licença-maternidade, auxílio-doença; portanto, 5) têm reduzidas suas aposentadorias; 6) perdem benefícios dos contratos coletivos, como: a) vale transporte; b) vale-refeição; c) auxílio sociais; d) descanso semanal remunerado; e) adicionais por de insalubridade, periculosidade, trabalho noturno etc.; f) proteção contra demissão sem justa causa; g) estabilidade por acidente de trabalho; h) estabilidade no emprego durante gravidez e licença-maternidade etc.

Os contratos com PJ favorecem o aumento dos lucros patronais à custa da redução do preço da força de trabalho e de sua sobre-exploração. Em outras palavras: o patrão se apropria de uma maior fatia de mais-valia com a redução do salário e a intensificação e extensão da jornada de trabalho. Por outro lado, também se manifesta como queda da arrecadação tributária que reduz os orçamentos e repasses

para serviços públicos e sociais como vêm sendo comprovado. Uma das manifestações dessa modalidade de trabalho é ainda a queda do crescimento econômico em seu conjunto que, segundo estudos, pode ser de cerca de 0,5% do PIB¹ no imediato. E poderia ser 30% mais baixo se a "pejotização" se estendesse irrestritamente para todos os setores produtivos e áreas econômicas.

Surgindo na esfera privada, a "pejotização" avança também na esfera pública, combinando-se outras formas de precarização. Segundo a *Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal* (Cofetam), dos 4 milhões de servidores públicos municipais na educação, saúde, assistência social etc., 70% são terceirizados ou contratados. Com o avanço à Reforma Administrativa, a combinação da "pejotização" a outras formas de precarização se expandirão abarcando quase todas as áreas dos serviços e administração pública. A isso combina-se o avanço às privatizações de serviços públicos.

Acompanham essa tendência econômica as mudanças sendo implantadas nas normas e decisões jurídicas. O STF tem revertido decisões da Justiça de Trabalho que identificavam vínculos de emprego precarizados ocultos e obrigavam os capitalistas a ressarcirem direitos e salários aos trabalhadores, ou, pelo menos, a legalizar o vínculo de emprego e reconhecer direitos. Se aprovada a legalidade da "pejotização" no STF, legalizar-se-ão os vínculos de trabalho precários e criar-se-á um novo arcabouço jurídico que favorecerá os patrões removendo quase todos os obstáculos constitucionais e da CLT. E isso significa o progressivo esvaziamento da Justiça do Trabalho. Como afirmamos e O Internacionalista n° 28 (junho de 2025), a decisão de Gilmar Mendes, Ministro do STF, que "*decidiu suspender todos os processos que tramitam na Justiça do Trabalho sobre reconhecimento de vínculo de emprego no caso de contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica, a chamada "pejotização"*" visando enquadrá-la como contratos de "natureza civil", não trabalhista, significará um golpe à Justiça de Trabalho (JT) visando a impedir de intervir nos conflitos trabalhistas, favorecendo assim a prática dos patrões de acobertar a relação de dependência objetivando sonegar encargo e direitos. A pejotização e o desmonte da JT são complementares e "*criam condições, junto da reforma trabalhista e da reforma administrativa, a expansão da terceirização e precarização das relações trabalhistas e os vínculos de emprego*"².

Os contratos de PJ estabelecem na realidade uma relação trabalhista (sob a forma camuflada de contrato entre empresas) que é resultado da atuação da lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas que governa o capitalismo. Os capitalistas sempre procuram a redução dos salários e rebaixamento das condições de vida e trabalho para aumen-

1. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp. <https://pesquisa.ie.unicamp.br/centros-e-nucleos/cesit/>

2. "AVANÇA O ESVAZIAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, SOB O GOVERNO DE FRENTE AMPLA", OI n° 28, junho de 2025

→ tar a taxa da exploração e extração de mais-valia. Mas, ao fazê-lo, também reduz e destrói as condições gerais para a produção e reprodução ampliada do capital, isto é, as forças produtivas sociais. Não se deve esquecer nunca que a principal força produtiva, e meio para a extração da mais-valia, é a força de trabalho. Sua pauperização, destruição e rebaixamento em suas capacidades de trabalho, longe de ajudar a reverter essas tendências, as agravam e aprofundam. Todavia, existe um limite à reprodução e sobrevivência da força de trabalho e, sobretudo, uma resistência de classe contra sua destruição.


Se de um lado a "pejotização" modifica violentamente em favor dos capitalistas sua relação de forças com os assalariados, de outro, cria um campo de ação à luta unitária e nacional de inúmeros setores de assalariados sob um plano comum de reivindicações em defesa das bandeiras: **1)** a igual trabalho, igual salário e condições trabalhistas; **2)** fim das terceirizações e das privatizações dos serviços públicos; **3)** reestatização - sem indenização - sob controle dos trabalhadores e usuários; **4)** estabilidade no emprego a todos sem con-

curso público, **5)** salário mínimo vital e móvel tendo por piso o valor do DIEESE, **6)** divisão de todas as horas entre todos os aptos a trabalhar sem reduzir salários etc. Esse programa se opõe à paralisia e subordinação das direções sindicais às instituições e os partidos que governam para a burguesia, como é o caso do PT, que impulsiona e garante o avanço da Reforma Administrativa (pág. 6).

Eis a importância de construir as oposições revolucionárias nos sindicatos, recuperando-os para a luta de classes contra a burguesia e seus governos. Mas, a experiência demonstra que manter e elevar as condições de vida mínimas dos assalariados já não pode ser realizado enquanto existir o capitalismo. Sua defesa é parte da unidade dialética entre a luta pelas reformas com elo na luta pela revolução proletária. Somente na transição ao socialismo esse programa, que defende de fato as condições de vida e trabalho, poderá ser implantado e, na base da propriedade estatizada, permitirá dar um salto ao desenvolvimento da economia ao mesmo tempo em que se eleva as condições de vida das massas. ●

ITAÚ DEMITE FUNCIONÁRIOS EM TRABALHO REMOTO POR "QUEDA DA PRODUTIVIDADE"

No capitalismo, a aplicação das tecnologias visa arrancar uma maior quota de mais-valia aos assalariados, nunca para melhorar suas condições de vida e trabalho

 Cerca de mil funcionários do Itaú Unibanco que estavam em trabalho remoto (home-office) foram demitidos no dia 8 de setembro, sob justificativa de "incompatibilidade entre a marcação de ponto e atividade registrada nas plataformas", ou seja, entre as horas trabalhadas registradas nas plataformas que supostamente seriam inferiores às "efetivamente realizadas".

Dos 100 mil funcionários do Itaú, grande parte trabalha dividindo sua jornada semanal entre trabalho remoto e presencial. Em ambos os casos, é obrigatório bater ponto. No caso do trabalho remoto, esse processo é controlado desde os servidores da empresa e pelos softwares que registram momento de atividade no computador - cliques, páginas acessadas, abertura de abas de softwares etc. - e resultou em um aumento de 30% na produtividade. Assim como o patronato já fiscalizava e controlava a atividade e tempos de descanso no trabalho presencial, a incorporação das plataformas aumentou a capacidade repressiva e de controle do trabalho remoto. A platformização visa aumentar a produtividade, ou seja, a superexploração da força de trabalho para arrancar uma maior fa-

tia de sobretrabalho não pago, isto é, de mais-valia, reduzindo os tempos de descanso e aumentando a intensificação jornada de trabalho.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região repudiou as demissões, afirmando ser "inaceitável que uma instituição que registra lucros bilionários promova demissões em massa sob a justificativa da "produtividade". Por sua vez, assinalaram em entrevista à imprensa que não houve por parte do Itaú o compartilhamento das "métricas de telemetria" sejam apresentadas e acessíveis ao trabalhador, com comunicação prévia. Ou seja, seria possível aceitar as demissões desde que se comprovasse "tecnicamente" a decisão. Aceitou-se a imposição da jornada de trabalho controlada rigidamente pelos capitalistas e se submeter a um trabalho intensivo para beneficiar os lucros do capital financeiro. O único que exigem em troca é "reconhecimento" por meio de aumentos salariais miseráveis e garantias para serem demitidos apenas "com justa causa". Trata-se de uma submissão à ditadura instaurada pelos capitalistas nas relações de trabalho. O mais vergonhoso é que as direções se negam a convocar a greve e paralisação para

impor a reincorporação imediata dos demitidos. Só acenam com queixas e judicialização, deixando assim na rua milhares de desempregados. Essa é a trilha para que o Banco imponha mais demissões e aumente ainda mais a jornada de trabalho (e sua precarização) impondo o terror da ameaça do desemprego aos funcionários que não aceitarem essas condições.

No último período, muitas direções sindicais têm abordado e tratado em palestras e formações a adaptação do trabalho às plataformas e uso de IA como uma via para melhorar as condições de trabalho e aumentar os salários cumprindo as "metas" ditadas pelo patronato. Afirmam que é inevitável essa "adaptação" à platformização surgida da "revolução tecnológica".

Segundo um estudo da Universidade de Stanford (EUA), que demonstrou que cada vez mais setores dos serviços e administração estão sendo prejudicados pela platformização e a IA, a exemplo de desenvolvimento de software, serviços ao cliente, vendedores, arquitetura, medicina, contabilidade etc. Ou que se verifica uma redução de ofertas de emprego aos graduados entre 22 e 25 anos que se graduaram (ou por se graduar) para

continua →

//
... É uma tendência inerente a sua **lei de funcionamento o aumento da composição orgânica e técnica do capital visando ampliar a produtividade da mão de obra por meio da intensificação da jornada de trabalho**. Essa lei nasce no seio da produção social e, progressivamente, se desloca para todas as áreas em que os capitalistas agem na procura de maiores lucros. **A incorporação das plataformas, da IA e da automação do processamento dos dados no processo do trabalho tem se revelado uma poderosa alavanca pela extração da mais-valia aos assalariados.**

→ atividades já tomadas pela IAG (Inteligência Artificial Generativa, a exemplo do Chat-GPT) e onde a automação de tratamento de dados ganhou força. No caso da América Latina, o Banco Mundial estima ainda que sua incorporação massiva afetaria até 40% dos empregos administrativos. Quando o uso de plataformas digitais é incorporado às funções sem resultar imediatamente em demissões, o faz à custa de reduzir salários e precarizar as condições de trabalho.

No capitalismo, quaisquer avanços tecnológicos servem à extração de lucro, nunca para melhorar as condições de vida e trabalho dos assalariados. É uma tendência inerente a sua lei de funcionamento o aumento da composição orgânica e técnica do capital visando ampliar a produtividade da mão de obra por meio da intensificação da jornada de trabalho. Essa lei nasce no seio da produção social e, progressivamente, se desloca para todas as áreas em que os capitalistas agem na procura de maiores lucros. A incorporação das plataformas, da IA e da automação do processamento dos dados no processo do trabalho tem se revelado uma poderosa alavanca pela extração da mais-valia aos assalariados.

No caso do setor bancário, particularmente, sua introdução serviu ao objetivo capitalista de redução de em-

pregos e dos salários, fechamento de agências e terceirização de serviços. Desde a introdução das plataformas digitais, foram cortados 5 mil empregos no setor bancário. O Itaú fechou em 2024 856 agências físicas, e desde 2014 foram cerca de 5 mil unidades. Em 2023, o banco anos mais *“abriu 375 novos postos e, ao mesmo tempo, demitia 1.419, devido às “inovações” em tecnologias da informação (TI)”*, tendo atualmente algumas milhares de agências “físicas” e mais de 600 “digitais”. As atividades mais afetadas com as demissões foram a bancária/financeira (mais de 5 mil), a administrativa (cerca de 2 mil) e o atendimento ao público (cerca de 300). Houve “saldo positivo” de emprego apenas em serviços financeiros, contabilizando 2 mil novos postos. Enquanto o salário mensal de novos contratos *“é de R\$ 6.308,16, contra R\$ 7.469,81 dos demitidos, cessantes ou aposentados: -15,86% a menos”*¹. Em novembro, será fechada mais uma agência em Salvador, na Bahia, somando-se às três já fechadas na cidade.

Os dados acima explicam *para quem e a quem serve* à plataformização e digitalização dos serviços bancários pela aplicação de TI e AI, que cresceram exponencialmente entre os principais bancos do país (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander) que movimentam 80% do total das transações e dos serviços. Os investimentos em tecnologia digital atingem mais de 45% do total das transações bancárias. O “pagamento de contas” por esses meios chegam a 96%. Desse processo decorre outro: a terceirização dos serviços nas “agências digitais” e a precarização do trabalho. O enriquecimento dos capitalistas sempre se realiza à custa da superexploração e destruição de direitos.

1. “Lucros dos grandes bancos privados crescem, enquanto os salários e direitos dos trabalhadores retrocedem”, nota publicada no OI n° 8, de outubro de 2023

Como os burocratas sindicais rejeitam o programa e estratégia da luta de classes, dão, portanto, às costas à organização da luta grevista para evitar o retrocesso dos salários, a destruição de direitos trabalhistas e a perda de empregos. Por sua vez, os assalariados são iludidos a acreditar que com as novas tecnologias se facilitará seu trabalho. A experiência do Itaú - mas também dos professores da rede estadual - confirmam que a plataformização imposta pelos capitalistas e seus governos é um instrumento do desemprego, da destruição de direitos e do rebaixamento dos salários.

O essencial a ser compreendido é que o problema não é a tecnologia, e sim o conteúdo de classe do regime que a incorpora no processo de trabalho. Sob o capitalismo, servirá sempre aos capitalistas para aumentar os lucros e intensificar a jornada de trabalho. Será completamente diferente quando o proletariado, conquistando sua independência de classe, derrube a burguesia do poder e avance à expropriação (sem indenização) dos grandes bancos e sua estatização sob controle coletivo da classe operária, e sob direção de seu partido marxista-leninista-trotskista erga o estado operário sobre a base da propriedade nacionalizada, colocando todos os recursos produtivos e técnicos ao serviço da elevação do nível de vida das massas, reduzindo a jornada de trabalho e incorporando todos os aptos ao trabalho.

Para dar os primeiros passos necessários para avançar por esse caminho, é obrigatório combater as direções burocratizadas e lhe impor se convoquem as assembleias gerais para votar um plano de luta unificado que defenda, como principal bandeira contra a burguesia, a imediata redução da jornada de trabalho e a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos, sem reduzir os salários. ●

FOLHETO

NOVO!

Para o

TRABALHO

REVOLU-

CIONÁRIO

nos SINDICATOS

e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

Balanços dos Congressos da Apeoesp e do Sinpeem

Apresentamos os balanços do 28º Congresso da Apeoesp e do 34º Congresso do Sinpeem. Ambos os balanços servem ao objetivo de assimilar e avaliar a tendência e os métodos de burocratização dos sindicatos. Esse processo não é igual e segue ritmos e táticas burocráticas diferentes. Ao destacar de forma mais desenvolvida o Congresso do Sinpeem objetivamos mostrar à vanguarda que a luta contra a burocratização também adquire formas e métodos particulares nas máximas instâncias soberanas.

A reação de setores da vanguarda

e da base contra a burocratização e estatização dos sindicatos ao estado burguês se dá, hoje, na luta pela independência de classe perante o governo burguês de frente ampla da burguesia de Lula/Alckmin. Note-se que as duas burocracias compartilham do mesmo objetivo: trair as lutas em benefício das campanhas eleitorais de um governo que ajudaram a eleger e que está em uma violenta ofensiva contra as condições de vida e trabalho da categoria dos professores.

A esmagadora maioria das correntes está submetida à burocracia e compartilham de seus objetivos, ou

bem procuram novos arranjos frentistas para evitar o balanço crítico de sua capitulação. Os balanços publicados mostram o acerto geral da tática frentista principista e política adotada pela Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora para potenciar o trabalho de enfrentamento e combate à burocratização. Essa experiência (ainda que com muito a melhorar) deixa claro que uma frente de ação e política para recuperar os sindicatos não pode ser baseada em alianças oportunistas e frentes de conteúdo eleitoral burguês. Devemos avaliar como fortalecer a experiência e nossa intervenção. ●

Como denunciemos em nosso manifesto, o XXVIII Congresso da Apeoesp foi um *palanque político para a defesa do governo burguês de Lula/Alckmin* e sua possível reeleição em 2026.

O congresso ocorreu dos dias 25 ao 27 de setembro na cidade de Serra Negra, em São Paulo, com aproximadamente 1600 delegados. Os debates do congresso predominaram em torno das campanhas eleitorais para o próximo ano, praticamente se recusando a debater os problemas reais enfrentados pela categoria, que sofre inúmeros ataques do governo Tarcísio/Feder.

A atuação do partido se deu por meio da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC), composta pela Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI e a Liga Operária Internacionalista (LOI). Apresentamos a tese número 9 e um manifesto, que denunciava o caráter eleitoral do congresso e a necessidade de usar este para armar a categoria para enfrentar os ataques de Tarcísio e Lula.

O primeiro dia foi cheio de mesas de debates, com vários deputados da base do governo Lula, estaduais e federais. Denunciavam os ataques do governo estadual, falavam dos “enfrentamentos” que suas bancadas faziam contra o que chamam de fascismo. Os reformistas, centristas e estalinistas exaltaram o governo Lula e defenderam os programas do governo, que se encontram travados nesse momento na câmara dos deputados por conta dos choques ao redor das PEC’s da Anistia e da Blindagem. Ao final

de cada uma dessas falas, a plenária gritava em coro “sem anistia!”.

Depois, foi a mesa composta por representantes das centrais sindicais; os discursos foram os mesmos em defesa do governo burguês de Lula e do eleitoralismo. Após várias mesas, era visível a completa dispersão do plenário que já se encontrava cansado de tanto discurso vazio. Somente por volta das 20:30 horas a Oposição Combativa e a UICC fomos para frente da mesa a pedir que se abrisse o debate do regimento e, em seguida, das teses. Estava claro que a direção burocrática queria levar a plenária à exaustão para impor seu regimento burocrático, desqualificando o debate e fazendo uma votação burocrática formal. Eis porque os burocratas tentaram tomar à força o microfone de uma militante do PSOL, empurrando e chegando a derrubar as duas militantes que haviam subido no palco, na tentativa de se abrir as inscrições para que os trabalhadores pudessem falar. Finalmente, a burocracia foi obrigada a ceder, mas antes, de forma autoritária, votou o regimento sem fazer a leitura e apreciar as mudanças que poderiam ser feitas.

Na defesa das Teses a da UICC foi a quinta a ser apresentada, com um tempo de 5 minutos apenas. Focamos nossa intervenção em destacar o fundamento da crise econômica, que

potencializa a crise política, aprofundando os choques ao interior da burguesia e destacando as tendências fascizantes na política em todo o mundo, que se reflete no crescimento da extrema direita e a direitização dos reformistas que vão assumindo as políticas de ataques, e descarregam sobre os explorados a crise. Assinalamos ainda que a guerra econômica é parte desse mesmo fenômeno da crise que acaba acirrando as tendências bélicas, indicando que a tendência do capital é destruir forças produtivas para depois reconstruí-las, e assim dar fôlego ao capitalismo decadente. Deixamos bem claro que a atual fase não permite à burguesia e seus partidos a conciliação de classes na fase em que a burguesia impõe as contrarreformas goela abaixo dos trabalhadores, e que o reformismo pregado pela esmagadora maioria dos presentes no congresso, já não poderia se concretizar na fase de decomposição do capitalismo. Que, nesse sentido, a defesa da democracia burguesa é a defesa da burguesia e seus ataques, portanto, da ditadura da burguesia.

Na parte de conjuntura nacional, apontamos os ataques que o governo Lula vem aplicando por meio do arcabouço fiscal, que retira dinheiro dos programas sociais para pagar os juros da dívida pública. Colocamos que o governo faz um falso

continua →

→ discurso em defesa da soberania nacional, uma vez que, além de aplicar o arcabouço, amplia as privatizações, como a venda dos campos de petróleo na Foz do Amazonas, e que o debate da soberania nacional colocado pelos reformistas tem um conteúdo de disputa inter-burguesa, eleitoral, uma vez que o governo segue as ordens do grande capital assim como faz a ultradireita.

Denunciamos assim o caráter extremamente eleitoreiro do congresso, que, ao invés de armar os professores para enfrentar os governos e seus ataques, na verdade se transformou num palanque eleitoral. Como resposta, apontamos para a necessidade de erguer as frações sindicais revolucionárias no interior dos sindicatos. E que essas, por sua vez, devem combater com os métodos da luta de classes à pressão jurídico-parlamentar e os métodos da colaboração de classes, lutando pela independência de classe de nossos organismos perante a burguesia, seus governos e partidos políticos.

No segundo dia, os trabalhos iniciaram com a mesa 4: *“Por um projeto de desenvolvimento nacional classista e comprometido com a implementação da Pauta do Povo”*. Fizeram parte dessa mesa José Dirceu (PT) e Valério Arcary (PSOL). - Arcary defendeu abertamente que *“diante do perigo em que vivemos da volta da extrema direita ao poder”*, não há como abrir mão da aliança com a burguesia liberal, segundo ele, ela não é como a burguesia ligada a Bolsonaro, que *“o momento político é perigoso”*. José Dirceu, além de defender o governo e seus programas, fez a defesa da greve como método importante na construção da luta. Essa fala é vazia, pois os sindicatos e movimentos sociais dirigidos pelo PT em todo o país estão completamente submetidos à frente ampla burguesa e, por isso, traem as greves. A própria Apeoesp, que é

base do governo Lula, está há dez anos sem liderar uma greve; pelo contrário, abortou-a nos dois últimos anos, traindo as reivindicações da categoria.

No período da tarde, os grupos discutiram conjuntura Internacional e Nacional, Políticas educacional e sindical, Planos de lutas, Políticas Permanentes e balanço. A burocracia, que trabalhou para reduzir a participação dos grupos de oposição, criando dificuldades para o acesso às atas para a retirada dos pré-delegados nas escolas, teve completo controle burocrático sobre essa discussão e do processo de encaminhamento das propostas. Nos grupos, a manobra consiste em impor um filtro de 20% dos votos para que uma proposta possa ser apreciada nas plenárias gerais. Contra essa manobra fizemos a proposta de proporcionalidade direta, conforme prevê a democracia operária, mas não obtivemos os 20% dos votos exigidos no regimento burocrático. E como a maioria das plenárias duraram 30 minutos, as propostas não apreciadas nesse tempo eram desconsideradas.

Uma das principais defesas feitas pela UICC foi a defesa da efetivação sem concurso público dos professores contratados. O debate foi tão importante que a direção foi obrigada a abrir 4 falas para cada lado. Fomos vencidos pela defesa da efetivação via concurso público. A Direção defende o concurso, mesmo sabendo que a intenção do governo não é ampliar as chamadas, mas manter a maioria dos professores sob a contratação precária. No capitalismo decadente, o concurso serve para legitimar o desemprego, o subemprego e a contratação precarizada, sustentando as terceirizações e privatizações.

Outro momento importante foi quando furamos o bloqueio da burocracia que queria votar seu “calendário de lutas”, sem uma data para uma assembleia estadual. Nesse momento, também a direção foi obrigada a abrir duas falas para cada lado. Mais uma vez o controle burocrático da direção majoritária se impôs sobre a luta e seu método.

Enquanto ocorria o Congresso, o governo soltou uma nota pedindo aos dirigentes de ensino e diretores das escolas para afastar todo e qualquer professor dos projetos da pasta com faltas de qualquer natureza, inclusive as faltas médicas. A resposta da direção uma semana depois do Congresso foi de pressão judicial. Até o momento existe uma liminar contra o governo que possivelmente cairá nos próximos dias ou horas, como

tem ocorrido com todas as anteriores medidas judiciais do sindicato. Isso demonstra que a justiça burguesa serve aos interesses da burguesia, e não aos interesses dos trabalhadores.

No debate sobre o estatuto, três mudanças foram um ataque direto à categoria e aos grupos de oposição. A primeira é a que institui as assembleias também podem ser no modelo virtual, pois a direção precisa implementar um método que lhe permita restringir a democracia sindical e ampliar seu controle sobre estas - nos dois últimos anos não foi fácil para a direção conter as tendências de lutas perante os ataques. Somente em uma assembleia presencial, convocada e organizada com antecipação, onde se explicitem de forma aberta e sem interrupções ou condicionantes todas as posições, e que além de sejam apreciadas e votadas todas as propostas em seguida se apliquem as decisões da maioria com os métodos da ação direta, é possível se garantir e aplique a verdadeira democracia operária. A segunda, impõe que as eleições da entidade sejam a cada 4 anos, quando eram de 1 ano e meio, foi para três e agora será de 4 em 4 anos. A terceira e última, foi o de exigir dos professores contratados uma filiação 4 meses antes das eleições. Essa medida é uma forma de afastar os professores contratados e de enfraquecer os grupos de oposição, visto que uma parcela dos professores contratados reconhecem o trabalho da oposição, e acabam se filiando nas eleições para votar.

Como podemos ver, a crise capitalista se desenvolve em meio ao agravamento da crise de direção, que se intensifica, e exige uma maior centralização política sobre os sindicatos para impor os ataques do governo, os transformando em correia de transmissão dos ditames da burguesia, o que se reflete no sindicato como ampliação do controle burocrático. Esse fenômeno, que está ligado à estatização dos sindicatos, é instrumentalizado pela própria direção.

Caso o governo Lula seja reeleito, se irão aprofundar seus ataques sobre os trabalhadores e demais explorados, isso fará também com que as traições dos burocratas se convertam na prática corriqueira de sua política. Isso exige combater os agentes da burguesia nas organizações de massa com o programa e os métodos próprios do proletariado, constituindo as frações e oposições sindicais classistas e revolucionárias. ●

FOLHETO

PARA ONDE
marxismo >>> revisionismo
VAI O CERQUI

Adquirir com nossos militantes!

Burocracia amplia o autoritarismo no 34º Congresso do Sinpeem e *impõe um “plano de lutas” para frear as lutas* dos trabalhadores da educação

O 34º congresso do SINPEEM, realizado entre os dias 07 e 10 de outubro, contou com a participação de 4 mil delegados eleitos em seus locais de trabalho, dentre eles professores, quadro de apoio, diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino. A característica do congresso não destoa dos anos anteriores, foi marcado pela formação acadêmico-pedagógica, por meio de 9 palestras diárias e simultâneas nos quatro dias, e do distracionismo visando despolitizar o Congresso por meio da programação cultural diária com grandes shows (Chico César, Zélia Duncan, Samba de Rainha e Barão Vermelho), atrações culturais menores e uma sala de massagens.

O diferencial deste ano foi que a direção majoritária, representada por Cláudio Fonseca/PCdoB, intensificou nos métodos antidemocráticos e truculentos, próprios do stalinismo, com cerceamento das falas opositoras e até ameaça de expulsão dos militantes de oposição do sindicato, conforme descrito a seguir.

MESA DE ABERTURA

A mesa de abertura contou com a presença de dirigentes sindicais e estudantes (CUT, CTB, CSP-Conlutas, CNTE, CPP, APASE, SINESP, SEDIN, UMES) bem como do deputado federal Orlando Silva/PCdoB e de um representante do governo Nunes/MDB, o seu Secretário de Gestão. A simples composição dessa mesa com a presença de um representante do governo demonstrou que nenhuma discussão política seria permitida neste congresso, uma vez que a linha política adotada pela burocracia sindical é a da colaboração de classes, que foi reafirmada na fala final do Claudio Fonseca dizendo ao secretário de gestão que almeja ampliar os Grupos de Trabalho (GTs), conforme acordado no protocolo de encerramento da greve deste ano, para tratar dos problemas enfrentados pela categoria (jornadas de trabalho, a saúde dos servidores, etc.).

A primeira demonstração de resistência dos delegados se deu justamente durante a fala do secretário de gestão, que tentou explicar os projetos do governo para a educação na cidade de São Paulo, mas foi impedido pelas vaias e palavras de ordem,

como “Fora Nunes!”.

Já os representantes das entidades sindicais em sua maioria fizeram denúncias das políticas e ameaças da direita e extrema direita no Brasil e no mundo e concluíram, uns de forma mais explícita e outras mais veladas, com a necessidade de reeleger o governo Lula e ampliar a composição do senado e da câmara dos deputados com candidatos do campo “progressista”. Com exceção da fala da CSP-Conlutas, que buscou se diferenciar na denúncia da conciliação do governo federal com a burguesia, o que vem possibilitando o fortalecimento cada vez maior da direita. E da necessidade de Lula romper relações com o estado genocida de Israel.

APROVAÇÃO DO REGIMENTO

Logo após a mesa de abertura com os convidados foi instalada a plenária de aprovação do regimento, que este ano contou com a intervenção de poucas correntes políticas, demonstrando que grande parte das forças políticas de oposição já abandonaram a disputa pela recuperação de um congresso sindical que organize a luta dos trabalhadores para o próximo período, sendo uma parte das intervenções de adaptação a esse formato festivo e distracionista.

Nós da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) fizemos quatro destaques: 1) **Sobre o desenvolvimento dos trabalhos por meio de grupos de debates políticos seguidos de sessões plenárias, rejeitando o caráter formativo e festivo.** A burocracia fez defesa contrária, mantendo a dinâmica distracionista do congresso e fazendo apelos ao plenário, chegando ao absurdo de afirmar que estávamos propondo inclusive a retirada do almoço, o que acabou fortalecendo a nossa defesa. Após defesas a burocracia percebendo que poderia perder manobrou fazendo uma votação aligeirada em que só se conseguiu visualizar os votos contrários à alteração da dinâmica do congresso e as abstenções. Esse mesmo ponto também teve destaque do POR, que defendeu um tempo de defesa inicial do conjunto de emendas de todos os grupos políticos na abertura da primeira plenária, o que contou com o acordo da burocracia, que todos

os anos já concede esse tempo. Ainda neste ponto também houve destaque da LSR/PSOL para incluir o ponto sindical, que foi completamente ignorado pela burocracia. Ambas as propostas, do POR e da LSR, foram de adaptação ao formato do congresso distracionista, propondo apenas a mudança de algum aspecto isolado, no caso da LSR tem relação com a disputa aparelhista com a burocracia sindical. 2) **Apresentação e discussão a partir de teses de todas as forças políticas, para que de fato tenhamos um congresso sindical e não de formação educacional e com plenárias limitadas ao texto referencial que na verdade é a tese guia da direção.** Obtivemos muitos votos nesta proposta, mas a burocracia obviamente não cogitou a possibilidade de contagem e já anunciou que foi rejeitada. Neste mesmo ponto houve destaque da APRA/PSOL que reivindicou a inclusão do item de organização sindical, para que pudéssemos fazer balanço da atuação da direção. Cláudio Fonseca ignorou a proposta, não submetendo a defesa e votação, alegando que já existem propostas de balanço nas emendas ao texto referência. 3) **Que a ordem das intervenções deve respeitar o direito democrático dos proponentes ouvirem primeiro os argumentos contrários para preparar sua defesa.** A burocracia fez uma nova manobra para confundir o plenário se utilizando dos mesmos argumentos, como se estivéssemos defendendo a mesma coisa e garantindo que fosse mantida a ordem antidemocrática dos proponentes realizarem a defesa primeiro sem conhecer os argumentos contrários. 4) **Apresentação da prestação de contas do congresso e do balanço financeiro completo do SINPEEM.** A burocracia não permitiu defesa, alegando concordar, como já fez nos anos anteriores, mas nunca cumpriu essa deliberação.

PRIMEIRA PLENÁRIA (08/10)

A primeira plenária deliberativa do congresso, nos últimos anos tem se iniciado com a apresentação do conjunto de emendas apresentadas por cada força política. Este ano contou com 15 grupos proponentes de emendas ao texto referência

→ (PCdoB, PCB, PT, PSOL, PCO, POR, PSTU, MRT, UICC – PPRI/LOI/OSL/FOB, e ART/Vozes da Base), isso por que as correntes que compõe a Oposição Unificada (OU) apresentam emendas em separado, havendo apenas um bloco de emendas do PT e das correntes majoritárias do PSOL, além de haver um grupo novo que começou a intervir no SINPEEM após a última eleição sindical, o Levante da Educação/PSOL, e outros dois grupos, sendo um fruto de uma ruptura do Vozes da Base/ART e outro com maioria de militante do Jornal O Trabalho/PT.



...

A conclusão que podemos tirar desse primeiro debate é de que qualquer proposta que esteja relacionada aos métodos da ação direta seria rejeitada pela burocracia e aprovada apenas campanhas passivas que não resultam em luta nenhuma.

Após apresentação do conjunto das emendas iniciou-se a polêmica em torno de onde começar o debate a partir do texto referência, uma vez que o ponto escolhido seria o único a ser discutido, com apenas duas plenárias, sendo uma quase toda comprometida com a apresentação inicial das emendas. A primeira defesa foi feita pelo POR para que esse ano discutíssemos o ponto de conjuntura internacional, em virtude dos conflitos bélicos no mundo, proposta completamente descolada das reais necessidade de combate à burocracia sindical como estava colocado no Congresso. A UICC fez a defesa, de privilegiar o debate e construção coletiva do plano de lutas, já prevendo as manobras da burocracia de costurar um plano de lutas a portas fechadas com setores da OU, e apresentar na segunda plenária, que seria no dia seguinte. E a terceira proposta foi da burocracia, que defendeu iniciar pelo ponto educacional, como nos anos anteriores e só no dia seguinte discutir o plano de lutas. Durante as defesas ficou evidente que o plenário tinha maior acordo com a proposta da UICC, por isso parte da burocracia acabou votando na proposta do POR. A imensa maioria do plenário votou para iniciar com o Plano de Lutas, não permitindo margens para manobras quanto ao resultado.

Como restava apenas mais 1 hora de plenária, só foi possível discutir 4 emendas, sendo 3 rejeitadas, do PSTU, POR e PCO e 1 aprovada do PT/PSOL. Dentre as propostas rejeitadas uma se referia a construção de uma greve nacional da educação (PSTU); outra com várias bandeiras sobre a política nacional e internacional e métodos da luta de classes (POR); e por fim uma de balanço da última greve e defesa de assembleia unificada para fevereiro, antecipando a luta para o início do ano letivo e não apenas em torno da data base (PCO). E a emenda aprovada por consenso defende campanha pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária, fim do confisco e descongelamento do tempo para quinquênio e sexta-parte. A conclusão que podemos tirar desse primeiro debate é de que qualquer proposta que esteja relacionada aos métodos da ação direta seria rejeitada pela burocracia e aprovada apenas campanhas passivas que não resultam em luta nenhuma.

Ao final dessa primeira plenária, Cláudio Fonseca, fez um chamado a todas as forças políticas proponentes de emendas para uma reunião antes da próxima plenária para fechar um acordo em torno dos demais pontos do plano de lutas, que não havia sido discutido na primeira plenária, tais como calendário de lutas, que é justamente o que mais importa à burocracia para engessar qualquer possibilidade de luta frente os ataques sucessivos do governo ao longo de todo o ano letivo.

PLENÁRIA DA UICC

Além das nossas intervenções nas plenárias, e em algumas palestras que tinham conteúdo político, organizamos um debate aberto no dia 09/10, antes da segunda plenária, para fazer um balanço parcial do congresso e preparar a intervenção para a plenária final. Participaram aproximadamente 40 pessoas, (militantes independentes e professores de base) que vieram ao congresso pela primeira vez, e que nos identifica como único setor de oposição de fato a política da burocracia sindical.

Além do balanço parcial caracterizando como um congresso que não tem a finalidade de organizar a luta e que, portanto, aprovaria um plano para frear as lutas, também levantamos as reivindicações mais sentidas e os métodos para alcançá-los (Abaixo a privatização e terceirização, ao ensino integral, a reforma administrativa, a lei 18.221, as avaliações externas

por meio do boicote organizado e a defesa da efetivação dos contratados e terceirizados, dentre outras). E por fim, discutimos os encaminhamentos para intervenção na plenária final que se daria primeiramente por meio de questão de ordem e posteriormente com destaque das propostas que se contrapôs-se a política revolucionária, bem como a abstenção com declaração de voto - se houvesse necessidade. A plenária também deliberou pela realização de encontros pós congresso nos territórios como parte da mobilização permanente dos comandos de greve.

SEGUNDA PLENÁRIA (09/10)

Como a deliberação dos delegados na primeira plenária foi de iniciar os debates pelo plano de lutas e no primeiro dia só foi possível apreciar 4 emendas, parecia óbvio que a segunda plenária precisaria dar continuidade até finalizar esse ponto a partir do texto referência. No entanto, para a burocracia e grande parte das correntes da OU (PSOL, PSTU e PT) isso não poderia acontecer, já que estão acostumados ano após ano a fazer acordos de cúpula em torno do plano de lutas. Esse ano não foi diferente, apesar de não compor um plano único, ambos os setores apresentaram o seu plano de lutas por fora do texto referência. A UICC fez uma questão de ordem exigindo que se cumprisse a deliberação do plenário de dar continuidade ao debate das emendas a partir do texto referência - que nem é uma defesa nossa, mas sim da apresentação de teses completas, porém ao perdermos acatamos a decisão da maioria, diferente da burocracia que defende e aprova uma ordem para os trabalhos no regimento e depois descumprir quando julga conveniente. A burocracia diante da nossa questão de ordem tentou fazer mais uma manobra, dizendo que a proposta estava contemplada, pois o que iriam projetar para os delegados era um apanhado de todas as propostas do caderno mais as aditivas apresentadas pelos burocratas e pela OU. Neste momento, uma militante da OU/PSOL pediu a palavra para fazer um esclarecimento e simplesmente referendou a manobra de Claudio Fonseca, facilitando a aprovação do encaminhamento burocrático da mesa. Não colocou em votação o encaminhamento, e logo iniciou o debate por uma emenda da LSR/PSOL que exigia o fornecimento de materiais e estrutura para as mobilizações permanentes nas regiões. Como a defesa pressupunha um balanço do abandono da direção no trabalho de

→ base nas escolas, Cláudio Fonseca desceu do palco para ele mesmo fazer a defesa contrária alegando que a oposição não comparece nas lutas regionais, que tem postura antissindical, dentre outras inverdades. E ao colocar em votação venceu visivelmente a proposta da LSR, mas a burocracia impôs mais uma manobra dizendo que a proposta havia sido rejeitada.

A partir de então, todas as correntes de oposição se levantaram exigindo a recontagem dos votos e o burocrata seguiu com a leitura e aprovação compulsória de suas propostas sem defesa, como um trator passando por cima da cabeça dos delegados. Foi então, que esse mesmo grupo que exigia a recontagem reagiu ocupando o palco, em uma manifestação política frente aos métodos antidemocráticos da direção do sindicato. E o burocrata simplesmente seguiu lendo e aprovando suas propostas, com um cordão em volta da mesa para protegê-lo. Em meio a leitura das propostas, Cláudio Fonseca repudiava o protesto, ameaçando os militantes de expulsão e os caracterizando como baderneiros, violentos e que deveríamos criar o nosso próprio sindicato. A finalização do protesto foi imposta a partir do desmaio de uma das burocratas que supostamente passou mal enquanto participava do cordão de proteção à mesa, com a insinuação de Fonseca que ela havia sido agredida por um dos manifestantes.

Após a desocupação do palco, Cláudio seguiu por aproximadamente mais 40 min fazendo a leitura e aprovação automática das suas propostas de plano de lutas bem como de parte das propostas da OU, sem que houvesse qualquer possibilidade de intervenção dos delegados, pois os seguranças haviam retirado todos os microfones do plenário. E finalizou a plenária fazendo chacota gritando “Palestina livre!”, quando na verdade durante todo o congresso tentou impedir qualquer manifestação pró-palestina.

DEBATE DAS OPOSIÇÕES EM DEFESA DA PALESTINA (10/10)

No último dia de congresso vários setores de oposição se unificaram para realizar um ato/debate em defesa da palestina, que contou com a participação da UICC, POR, PSTU, MRT, ART/Vozes da Base, LSR/PSOL, Levante da Educação/PSOL, UP, CST, PCBR e MPR (ruptura do PSTU). O debate foi iniciado com os posicionamentos das correntes frente ao massacre do povo palestino e da necessidade de intensificar as lutas em defesa da Palestina, exigindo que as direções

sindicais convoquem os trabalhadores, além do consenso nas falas de que Lula deve romper relações econômicas com o estado genocida de Israel. A CSM-GL/PPRI em sua intervenção também ressaltou a cumplicidade não apenas dos governos burgueses frente ao genocídio em Gaza, mas das direções sindicais, principalmente de setores estratégicos como os portuários e petroleiros, que se organizassem a paralisação dos operários desses setores frearia o envio de armas e de recursos para alimentar a maquinaria de guerra sionista, e que, portanto, o PT e PCdoB que dirigem esses sindicatos não apenas são cúmplices do genocídio como são hipócritas ao fazer exigência em palavras de que seu governo rompa com Israel quando também não fazem nada para frear a máquina de guerra genocida.

Como esse debate ocorreu no dia seguinte ao golpe da burocracia ao Plano de lutas, as correntes de oposição presentes no ato/debate reivindicaram que após as declarações sobre a Palestina houvesse uma rodada de balanço do congresso na perspectiva de construção de uma frente mais ampla de intervenção das oposições contra a política da burocracia sindical. Um dos consensos foi de que a correlação de forças se modificou contra a direção do sindicato em função da precarização das condições de trabalho e salário e do acúmulo de derrotas e que, portanto, se faz necessário debater sobre que bases programáticas e práticas ampliar a unidade das oposições para fortalecer as lutas.

Foi aprovado escrever nota conjunta da Oposição sobre a ocupação do palco como uma reação à falta de democracia sindical e organizar uma plenária das oposições posterior ao congresso para balanço do último período e novas possibilidades de atuação conjunta. A UICC se posicionou se colocando aberta ao diálogo, desde que se haja disposição para um balanço do último período e da tática equivocada de formação de uma frente ampla para disputar as eleições sindicais no SINPEEM, renunciando à independência de classe e dissolvendo a Oposição Combativa, em função da estratégia aparelhista. Aparentemente houve acordo nestes dois encaminhamentos, que comprovaremos na prática se irão se consolidar.

ALGUMAS CONCLUSÕES:

1. O 34º congresso do SINPEEM não serviu para armar os trabalhadores contra as ofensivas de Nunes/MDB, como já havíamos previsto, pelo

contrário a direção do sindicato continuará atuando para quebrar a disposição de luta da categoria. Uma das evidências se encontra na publicação no site do sindicato logo após finalizado o congresso: “*Antes de encerrar os trabalhos, o presidente Claudio Fonseca colocou em votação e o plenário aprovou a dinâmica e do congresso para 2026, que continuará sendo composto por painel, grupos de interesse, Mostra de Arte e Cultura (MAC) e demais atividades culturais.*”, votação que não ocorreu em nenhuma plenária, portanto, mais um golpe da burocracia;

2. Apesar de não modificar o curso traçado pela burocracia, evidenciamos que a correlação de forças se modificou contra a direção do sindicato;
3. A tendência de mudança na correlação de forças, mesmo que pequena, exigiu que a burocracia recorresse a métodos mais truculentos de cerceamento completo do debate e ameaça aos opositores;
4. As correntes majoritárias da Oposição Unificada (PSOL/PT), oposições eleitorais, se mostraram completamente adaptadas a política da burocracia sindical, atuando para negociar no campo das migalhas e servindo de instrumento à burocratização do sindicato e suas instâncias;
5. Existe uma enorme unidade entre as oposições eleitorais e a burocracia sindical que consta na estratégia de combater a extrema direita e reeleger o governo Lula;
6. Os setores minoritários da Oposição unificada (ART/Vozes da Base, LSR/PSOL e MRT) compareceram totalmente desarticulados, buscando formar de última hora novas alianças para de forma artificial tentar intervir unificados a um pólo classista, tentando se descolar, quando convém, dos setores majoritários da OU;
7. A intervenção da UICC e sua constância em comparecer com uma política e métodos de permanente combate à burocracia e sustentada na independência de classe, demonstrou que é, de fato, uma frente única firmada em princípios e uma estratégia clara e consequente. Trata-se agora de aproveitar a aproximação de contatos e simpatizantes para a fortalecer e erguer como direção efetiva de um setor da vanguarda ao redor do programa e estratégia revolucionárias. ●

PPRI ATUA EM ATIVIDADE ORGANIZADA PELO DIRETÓRIO ACADÊMICO DO IFSP SOBRE O GENOCÍDIO NA PALESTINA DERROTAR O ENCLAVE SIONISTA COM OS MÉTODOS DE LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

Em 17 de setembro de 2025, o Diretório Acadêmico do IFSP de Caraguatatuba organizou a atividade “A Questão Palestina: Ciência, Soberania Nacional e Contexto Geopolítico”, com a participação de organizações sindicais e partidos políticos. A atividade aconteceu no auditório do Instituto Federal, e faz parte de um conjunto de ações dos estudantes para reorganizar sua representação política, além de elevar o debate entre os estudantes sobre a atuação do governo burguês de Lula e Alckmin diante o genocídio palestino, levado a cabo pelo enclave sionista.

Cerca de 50 pessoas participaram da atividade. O DA aproveitou o momento para destacar a luta dos estudantes do campus por alimentação, contra o corte de gastos e o arcabouço fiscal, e para combater a Direção do IF que discrimina os estudantes do ensino superior, com um cartaz que promete “sanções disciplinares” aos estudantes que ousarem pedir um prato de comida na hora da merenda do ensino básico.

Durante as apresentações no debate, os petroleiros do Sindipetro-LN levantaram a campanha contra a venda de petróleo brasileiro para a máquina de guerra sionista, e deixaram estampada a desfaçatez do discurso petista de “soberania nacional” diante de uma Petrobrás privatizada e entregue aos acionistas que respondem aos interesses dos senhores da guerra do imperialismo. Qualquer discurso sobre soberania que não passe pela reestatização da Petrobrás, e dos principais meios de produção, irá esbarrar na realidade semicolonial do país, onde a burguesia nacional é subserviente à burguesia imperialista. A economia mundial no capitalismo é a economia de desenvolvimento desigual e combinado, e a guerra imperialista no Oriente Médio se utiliza das riquezas do Brasil para os interesses da burguesia imperialista e seu vassalo sionista.

Os estudantes também tiveram a

oportunidade de ouvir a fala de militantes da Unidade Popular pelo Socialismo (UP) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), partidos que se encontram atualmente em uma posição mais crítica em relação ao governo do PT e de sua Frente Ampla, e que portanto têm interesses momentâneos em impulsionar determinadas lutas na região que sirvam momentaneamente a seus interesses partidários. Nas falas, os militantes destes partidos destacaram o caráter genocida da guerra sionista em Gaza, e, principalmente, o caráter demagógico dos discursos de Lula e do PT, que na prática tem contribuído e lucrado com os dólares dos sionistas.

Foi importante para os estudantes do IFSP ouvirem as posições do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da instituição, representado por um estudante de São José dos Campos, militante do Movimento Correnteza, organização estudantil da UP. Em sua fala, foi destacada a necessidade de lutar contra o imobilismo da atual direção da UNE, que é composta pelos movimentos vinculados à Frente Ampla, e que servem hoje apenas como instrumento de propaganda do governo, como a União da Juventude Socialista (UJS), que na região é apenas um aparato do mandato do PT local. O DCE destacou também a importância da ação direta, das greves e das ocupações como método de luta para a conquista dos direitos dos estudantes, entre eles a alimentação, e como o movimento estudantil historicamente tem assumido uma posição de combate na luta de classes. Foram recordadas as lutas de 1968 e de 2016 como paradigmas para a organização estudantil de hoje, que precisa superar o atraso e o imobilismo de suas atuais direções governistas para defender seus interesses. Porém, esse programa e esses métodos foram abandonados pela Correnteza na greve da USP. O Movimento Correnteza na USP teve um papel de coadjuvante do DCE no afogamen-

to da greve de 2023. Se submeteu ao programa da burocracia universitária que se ajustava ao “teto de gastos” do governo Tarcísio, acompanhando nas assembleias a posição do DCE de aceitar essa proposta rebaixada. Chamou também a pôr fim à greve defendendo esse plano que os estudantes rejeitaram e combateram com a greve. Encerrou junto da UJS, Rua e outras correntes do DCE a greve sem ter sido conquistada nenhuma das reivindicações defendidas pelo movimento (contratação de mais de 1,4 mil professores e funcionários para repor o quadro de demissões, exonerações e aposentadoria). Por isso, assinalamos sua crítica à UNE como oportunista e que sua retórica radicalizada serve apenas para afirmar seu objetivo de se apresentar como direção alternativa à UJS de forma aparelhista.

O PPRI atuou e demonstrou o conteúdo de classe e imperialista do genocídio palestino, desde suas origens no mandato britânico. Conseguiu se diferenciar das outras organizações por pautar a luta em termos da luta de classes e da estratégia revolucionária. Trouxe à tona o papel da classe operária como a única força social capaz de parar a guerra imperialista, e de impor a guerra revolucionária à burguesia de cada país para avançar ao processo da luta pelo fim da opressão nacional e social. Demonstrou ainda como é preciso imobilizar a burguesia nacional através da greve e da luta revolucionária, estrangular as indústrias e comércio com Israel e para, então, poder dirigir uma luta revolucionária contra a burguesia em cada país e no mundo todo. Do contrário, veremos escalar uma guerra mundial imperialista, uma guerra de roubo e perfídia, e não uma guerra de libertação de todo o proletariado mundial e dos povos e nações oprimidas. Nesse sentido, defendimos o direito de autodefesa dos povos oprimidos incondicionalmente, e chamamos de terrorista o enclave sionista, que usa mísseis e caças

→ contra escolas, hospitais, campos de desabrigados, e que mata indiscriminadamente mulheres e crianças inocentes, usando a fome e a sede como arma de guerra.

Ainda que se trate de uma atividade meramente acadêmica, a atuação do PPRI se justifica, pois estamos fazendo esforços para impulsionar a luta dos estudantes pela reconstrução de seu Diretório Acadêmico desde o começo de 2024, quando a greve de 2024 dos professores e dos TAES eclodiu sem que os estudantes pudessem reagir. Estivemos nessa luta que diz respeito à recuperação dos organismos dos estudantes para lutar pelas suas reivindicações. Mais do que isso, diante de tantos ataques à juven-

tude, por parte dos governos assim ditos “democráticos”, e também dos governos encabeçados pelas frações da burguesia abertamente fascistas, como é o caso do Estado de São Paulo, os comunistas entendem a importância dos estudantes se erguerem na base do programa e dos métodos de luta do proletariado. Dessa forma, impulsionamos a atividade como forma de impulsionamento do movimento estudantil na região sob essa perspectiva, visando a fomentar a politização e fortalecer um DA baseado nos métodos da luta de classes. Nesse sentido, as próximas eleições são decisivas para projetar e fortalecer esse objetivo, de forma que o DA continue a servir à luta e aos interesses dos es-

tudantes, e não como puxadinho de vereadores da burguesia. ●

**VIVA A LUTA DOS
ESTUDANTES DO IFSP
– CARAGUATATUBA!**

**VIA A LUTA DOS PALESTINOS
CONTRA O ENCLAVE
SIONISTA!**

**PÔR ABAIXO O IMPERIALISMO
E CONQUISTAR VITÓRIAS
CONTRA A BURGUESIA COM
OS MÉTODOS DA GREVE E
DAS OCUPAÇÕES!**

Após cancelar nova paralisação tirada no dia 28/08, a burocracia da CSP-Conlutas manobra para enterrar a campanha salarial de 2025 e orienta os servidores a pressionarem a prefeitura pelo método jurídico-parlamentar.

Sem nenhuma ilusão nas instituições burguesas! Que as faltas injustificadas e o desconto em folha sejam revertidos com os servidores na rua, paralisados, com greves! É necessário propor novo calendário de atividades até o fim do ano!

Como foi informado no último jornal, após a paralisação histórica do dia 28/08, decidiu-se em assembleia que haveria nova paralisação para o começo de setembro. Tal encaminhamento foi cassado em reunião da direção, que decidiu capitular à pressão jurídica (perseguição) que a Prefeitura impôs ao sindicato.

A paralisação foi “transformada” em ato com assembleia, fora do horário de trabalho, no dia 09/09. O PPRI, que compõe a direção do sindicato, foi contra essa decisão de cancelar a nova paralisação e agiu para que no dia 09/09 fosse votado um novo calendário de atividades, calendário esse que culminaria numa nova paralisação no começo de outubro. A burocracia de esquerda da Conlutas, que age por cima das decisões coletivas e dirige, na prática, o movimento de maneira biônica – afinal, não são servidores públicos do município – desmobiliza e arrefece as bases. Dizemos isto porque a direção do SindCaraguatatuba mudou o que foi aprovado em assembleia por pressão de dirigente da Conlutas, sem convocar uma nova

para ratificar ou retificar a decisão anterior. Argumentam que não são contra uma nova paralisação, ao mesmo tempo dizem que este não é o momento apropriado e que, por fim, os servidores devem fazer pressão pelas redes sociais, na Câmara Municipal e nas audiências da LOA (Lei Orçamentária Anual). Diante das manobras burocráticas, despolitizantes e, também, de uma flagrante ausência de histórico de luta sindical no município, nossa posição de chamar nova paralisação para o começo de outubro foi derrotada no dia 09/09.

Diante da contínua recusa do prefeito em atender os servidores e da intensificação das perseguições, visando barrar todo e qualquer trabalho sindical de base, decidiu-se por novo ato com assembleia (sem paralisação, fora do horário de trabalho) no dia 14/10 em reunião da direção. Esse novo ato tem como “pauta principal” o cancelamento das faltas injustificadas dadas pela Prefeitura a quem paralisou no dia 28/08. Em paralelo, a direção sindical aposta em troca de ofícios e tentativa de reuniões com os vereadores, que, diga-se de passagem, são base do

governo municipal, demonstrando a canalização da disposição de luta dos assalariados em pressão parlamentar.

É necessário agirmos para mostrar aos servidores que não podemos confiar na “boa vontade” da justiça burguesa e de suas leis para reverter esse quadro. As faltas injustificadas cairão apenas com pressão direta dos servidores à Prefeitura por meio de um novo calendário de atividades, que preze pelos métodos da ação direta (paralisações, greves, piquetes, ocupações, etc). Também se faz necessário desmontar a falácia da burocracia de esquerda da Conlutas de que a campanha salarial deste ano está encerrada. Ora, se paralisaram quase mil servidores (o que é inédito e histórico, dado o contexto da cidade) e ainda “não é o momento de paralisar novamente”, então quando será?

São as bases e sua disposição que devem ditar o ritmo do movimento, e é visível que ainda há disposição de luta no fim deste ano. **Estaremos no dia 14/10, com boletim próprio, defendendo a ação direta e a democracia operária com independência de classe! 2025 ainda não acabou!** ●

13/09

Mais um ato submetido ao eleitoralismo burguês

No dia 13/09, aconteceu o ato convocado pela Frente Palestina de São Paulo (FPSP) em apoio à Sumud Global Flotilha que se dirige para Gaza visando romper o cerco sionista sobre os palestinos. Diferentemente do ato de dia 09/08 que foi esvaziado e ficou parado, desta vez houve cerca de 4 mil pessoas e uma marcha pelas ruas de São Paulo.

A Flotilha e a presença de 15 brasileiros nela, sem dúvida serviu de catalisador para massificar a convocatória do ato. As ações “pacíficas” e orientadas a pressionar as instituições da burguesia estão mais próximas do programa e dos métodos institucionais que defendem a pequena burguesia democratizante que apoia aos partidos e correntes reformistas e centristas. São muito corajosos e valorosos os militantes dessas organizações que compunham a Flotilha arriscando suas vidas e enfrentando ameaças de tortura nas prisões israelenses. O que faz mais criminosa a atitude dos partidos nos quais militam, que mantêm na paralisia os sindicatos quando poderiam há mais de 2 anos estarem organizando greves, ocupações e bloqueios para impor a ruptura de relações entre Brasil e Israel. Além de que preferem atos

que são convocados para ressaltar suas figuras midiáticas e seus candidatos - e fazer campanha eleitoral em meio a um genocídio - porque rejeitam fazer manifestações radicalizadas que interrompam os negócios da burguesia aos dias de semana. Com essa política imobilista visam impedir que os explorados entrem em choque com a cumplicidade de Lula com o genocídio.

O PPRI distribuiu um manifesto e fez uma fala mostrando o abismo que existe entre a tendência mundial das massas a realizarem atos, greves e ocupações em defesa dos palestinos, com os governos que dão as costas a esses movimentos e continuam comercializando com Israel. Existe um atraso objetivo entre as tendências instintivas das massas e a inação das organizações e sindicatos que se negam a assumir a tarefa de organizar um movimento nacional e unitário para estrangular os interesses de Israel em nosso país. Como afirmamos no Manifesto e na fala durante o ato, é necessário combater o governo e impor às direções que se organizem as greves pela ruptura imediata de todas as relações com Israel. Se em algumas universidades (como na UNICAMP, de Campinas) foram rasgados acordos



acadêmicos com Universidades israelenses após a pressão do movimento estudantil, o que não se poderia fazer com greves, ocupações e bloqueios de portos, fábricas e empresas comerciais que lucram com o massacre dos palestinos? Isso demonstra a urgência de expulsar os burocratas e recuperar os sindicatos para a luta de classes e combater o governo burguês de Lula que continua favorecendo os negócios da burguesia que se realizam ao custo do sangue derramado pelos genocidas no holocausto palestino. ●

05/10

Ato massivo pelos 2 anos de genocídio em Gaza não assumiu as tarefas colocadas para derrotar o sionismo



Cerca de 8 mil pessoas compareceram no dia 05 de outubro (domingo) para exigir a imediata libertação dos presos da Global Sumud Flotilha pelo regime genocida de Israel, e para denunciar a inação do Lula e de quase todos os governos burgueses do mundo em face dois anos de genocídio em Gaza.

A maioria das falas colocou de forma correta que o governo burguês de Lula devia romper imediatamente com Israel e se pronunciar claramente pela libertação dos presos brasileiros que estão sendo submetidos a práticas de tortura nos cárceres dos terroristas sionistas. Porém, a esmagadora maioria dos manifestantes continuam presos às manobras das direções políticas e sindicais governistas que estão mais interessadas na campanha eleitoral de 2026 que em organizar um movimento nacional, unitário e radicalizado para impor a ruptura das relações com Israel. Por

isso é que poucas falas denunciaram a cumplicidade de Lula no holocausto palestino, sua inação em defesa dos sequestrados e, sobretudo, qual a tarefa que devia ser levada à prática para ajudar a impor as reivindicações.

O PPRI distribuiu um manifesto (pág. 19) e fez uma fala focada em destacar qual a tarefa prática está colocada imediatamente para ajudar os palestinos a derrotarem os sionistas, estrangulando e atingindo seus interesses econômicos em nosso país. A luta das massas na Europa demonstra quais os métodos a serem aplicados para avançar por esse caminho. É necessário assumir esses métodos e participar na guerra entre opressores e oprimidos que continua por mais de um século desgraçando as massas em benefício dos lucros monopolistas. Deve-se fundamentalmente indicar qual o caminho que deve ser percorrido na luta para o programa revolucionário ser assumido na prática pelas massas no Brasil. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csm.roraima@gmail.com

05 de outubro de 2025 / nº 85



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista




ppri4.org



PPRI.PARTIDO

Trump apresentou um plano para completar a limpeza étnica e a colonização da Palestina. Segundo algumas informações, a resistência aceitou alguns termos, mas Netanyahu rejeitou e continua os massacres. As burguesias árabes se submeteram à farsa e visam fazer negócios com o sangue palestino derramado. Lula apoia o plano colonialista de Trump e continua deixando Israel fazer negócios e atuar em nosso país impunemente. Quase todas as direções sindicais e políticas parecem estar mais interessadas nas eleições que em mobilizar suas bases para impor a ruptura imediata e incondicional de todas as relações com Israel com a luta de classes. Enquanto isso, palestinos morrem às dezenas todos os dias e centenas de ativistas da Flotilha foram sequestrados.

Agora é o momento de combater os governos e a burguesia com os métodos e estratégia da luta de classe para impor a ruptura total de relações com Israel, e ajudar à derrota e expulsão do sionismo e imperialismo do Oriente Médio e dos países oprimidos!

 Nos últimos dias, destacaram-se cinco fatos que condicionam a situação política nacional e mundial em que se cumprem dois anos do começo da nova fase do holocausto e limpeza étnica que realiza o sionismo contra os palestinos. São esses: **1)** o fracasso da 80ª Assembleia da ONU em frear o genocídio; **2)** apresentação do plano de colonização e limpeza étnica da Palestina por Trump, **3)** terrorismo de estado praticado por Israel contra a Global Sumud Flotilha e **4)** alinhamento subserviente de Lula ao plano defendido pelos EUA; **5)** aceitação da resistência de alguns termos do acordo e a rejeição desse por Netanyahu. Sem uma clara compreensão das implicações que esses fatos trazem para a luta de classes e para a política das organizações, não haverá como fazer qualquer avanço progressivo na luta pela autodeterminação da Palestina e o fim dos massacres.

A 80ª Assembleia da ONU foi uma lápide colocada sobre o corpo sepultado dos direitos humanos defendidos pela burguesia. Os discursos de Trump e Netanyahu tiveram por denominador comum sua disposição a impor seus interesses pela força, recorrendo aos massacres se for preciso. Se de um lado Trump ameaçou travar a guerra comercial e militar contra qualquer país que se interpo-

na em seus objetivos, Netanyahu declarou (em alto e bom som) que nunca haverá autodeterminação dos palestinos. Os ministros israelenses estão propondo negócios imobiliários e energéticos bilionários à burguesia imperialista, sionista e árabe pela reconstrução e posse da Palestina. Os discursos de Macron e Lula reconhecendo formalmente o Estado Palestino não passa de encenação teatral impotente perante a maior e decisiva força imperialista do mundo, que junto a seu vassalo sionista, já decidiu qual será o futuro das regiões palestinas colonizadas. O discurso desses açougueiros demonstra que acima de tudo estão os lucros burgueses extraídos dos ossos e o sangue dos explorados e oprimidos.

Finalizou a Assembleia da ONU, e Trump apresentou seu plano para colonizar Gaza. Para os palestinos, é uma armadilha que visa impor sua capitulação e transformar Gaza em uma futura colônia de Israel - preservando momentaneamente esse de afundar ainda mais no isolamento - sob controle dos EUA. É tão farsesca a proposta que é o patrocinador do açougueiro dos palestinos que decidiu apresentar a sua vítima um "perdão" desde que capitulem e abandonem seu direito à autodeterminação nacional. Mas, para isso precisam do desarmamento da resistência palesti-

na e que os palestinos saiam de Gaza "pacificamente". Assim, se legitimaria a ocupação colonial para que um "consórcio" imperialista administre os futuros negócios dos monopólios e do capital financeiro com a reconstrução de Gaza. Se os palestinos não aceitarem, Trump se encarregará de ajudar Israel a completar seu extermínio.

Deve-se denunciar firme e decididamente como cúmplice do genocídio e da limpeza étnica a qualquer governo que se submeteu à farsa montada entre Trump e Netanyahu. Deve-se responder à ameaça da aniquilação dos palestinos - e de qualquer povo - com a guerra total das massas árabes e mundiais contra o imperialismo, o sionismo e os governos árabes. Não há outro caminho que unificar a resistência e as lutas em defesa dos palestinos sob um programa de estrangulamento de Israel e de derrota do imperialismo. A resistência decidiu aceitar alguns aspectos do acordo para tentar ajudar o seu povo a ter um respiro. Mas, Netanyahu de comum acordo com Trump decidiu rejeitar o acordo que eles mesmo tinham apresentado, mostrando que tudo não passou de uma farsa.

É nesse quadro que a Flotilha que se dirigia a romper o cerco de Gaza foi interceptada e se-

continua →

//
... [Os governistas e aliados] gostam de falar nos atos que são convocados para ressaltar suas figuras midiáticas ou seus candidatos e podem fazer campanha eleitoral, enquanto **rejeitam organizar manifestações radicalizadas que interrompam de fato os negócios da burguesia e obriguem o governo a passar da retórica e choramingos às medidas e ações concretas que golpeiem a Israel.**

→ questrados centenas de militantes pelo estado terrorista de Israel. Isto acontecia aos olhos nus de todos governos e da mídia burguesa, sem que houvesse qualquer ação em defesa da Flotilha e dos cidadãos de 44 países entre os mais de 600 de seus membros. Abandonou-se a sua própria sorte aos palestinos e aos que lutam em sua defesa arriscando sua própria vida. O genocídio foi naturalizado e incorporado aos métodos da política interna e externa das potências imperialistas e seus vassalos como um meio de impor sua vontade e fazer seus negócios. Nesses negócios estão associadas às frações da burguesia e da política burguesa no Brasil. Aço, petróleo ou seus derivados, compra de armamento e produtos químicos, tecnologia digital e software são comprados ou vendidos enriquecendo setores da burguesia nacional e imperialista, sem que Lula não mexa uma pá para bloqueá-los. Enquanto a Flotilha era sequestrada, Mauro Vieira em nome de Lula aplaudia o plano de Trump. Agora que Netanyahu rasgou o acordo, é obrigação das direções políticas e sindicais impor ao governo Lula que rompa com Israel!

Se não fazer, será mais uma traição de Lula, desta vez contra todas/os corajosas/os e valorosas/os militantes de organizações da base aliada de seu governo que compunham a Flotilha arriscando suas vidas e enfrentando ameaças de tortura nas prisões israelenses. Se de um lado a presença de brasileiros na “ação pacífica” orientada a pressionar as instituições da burguesia tem servido às direções sindicais e políticas governistas a arrastar aos atos um setor das massas que apoia eleitoralmente esses partidos, de outro, tem mostrado toda hipocrisia e dupla moral dos partidos nos quais militam muitos membros da Flotilha que mantém na paralisação os sindicatos quando poderiam, há mais de um ano, estarem organizando ações diretas de operários e assa-

lariados para impor a ruptura de relações com Israel.

Muitas organizações e partidos falaram de que não se pode tolerar mais o genocídio e que se devia parar todo se os membros da Flotilha fossem presos. O genocídio continua e a Flotilha foi sequestrada pelos sionistas e, ainda assim se negam a convocar os sindicatos e movimentos que dirigem para fazer greves, ocupações, bloqueios e piquetes que paralise as empresas, fábricas e portos desde as que saem mercadorias e entram produtos dos quais Israel se utiliza para continuar massacrando palestinos e roubando suas terras e recursos. Isso sim: gostam de falar nos atos que são convocados para ressaltar suas figuras midiáticas ou seus candidatos e podem fazer campanha eleitoral, enquanto rejeitam organizar manifestações radicalizadas que interrompam de fato os negócios da burguesia e obriguem o governo a passar da retórica e choramingos às medidas e ações concretas que golpeiem a Israel.

Essa atitude de subserviência criminosa a um governo que continua negociando com o estado genocida de Israel, e que rasgou até o mais elementar das obrigações jurídicas dos estados assinantes da Carta da ONU, enquanto na Europa deflagram greves e manifestações de massas contra o sionismo, dá conta do profundo o abismo que existe entre as massas e a burguesia, seus governos e seus agentes políticos no movimento sindical. Negócios, lucros e eleições se entrelaçam demonstrando a real natureza dos partidos democratas que se submeteram à burguesia imperialista e servem de atores de reparto em um decorado arrumado para fazer da limpeza étnica dos palestinos um fato já irreversível.

Ora, se em algumas universidades foram rasgados acordos acadêmicos com Universidades israelenses sob pressão do movimento estudantil, o

que não se poderia fazer com greves, ocupações e bloqueios de portos e empresas que lucram com o massacre dos palestinos? Isso demonstra a urgência de expulsar os burocratas e recuperar os sindicatos para a luta de classes e combater o governo burguês de Lula que continua favorecendo os negócios da burguesia que se realizam ao custo do sangue derramado pelos genocidas do povo palestino. Como assinalamos no Manifesto do dia 13/09 (nº 84), é *“urgente impor aos burocratas sindicais a convocatória e organização de assembleias gerais para aprovar greves, ocupações e bloqueios de portos e aeroportos, paralisando as exportações para Israel”*.

A vitória dos palestinos só será possível com a luta unitária, internacionalista e revolucionária das massas mundiais, sobretudo, da classe operária. Mas, para isso é mais que urgente reconstruir a direção mundial do proletariado que abra caminho à estratégia da revolução e ditadura proletárias, organizando uma luta unificada e mundial para ajudar aos palestinos a destruir o estado de Israel e expulsar os sionistas e imperialistas do Oriente Médio. É lutando sob a estratégia de um estado Palestino, uno e socialista, erguido sobre os escombros do estado sionista, e sob a tática da frente única anti-imperialista, que se abrirá caminho à conquista da autodeterminação nacional do povo palestino. É sob a bandeira da revolução social nos países e potências capitalistas que se varrerá com a burguesia e seus agentes políticos nos governos e sindicatos, traçando a via que acabará com a barbárie capitalista. Por isso, nosso país, está colocada a tarefa de derrubar os governos burgueses, expropriar a burguesia e erguer um estado operário sobre a base da propriedade nacionalizada, que finalmente se erguerá como um farol da luta e da solidariedade revolucionária e internacionalista com as lutas dos povos oprimidos. ●

ITÁLIA FOI À GREVE CONTRA O GENOCÍDIO PALESTINO

A classe operária deve se unir ao movimento mundial em defesa dos palestinos e ajudar a estrangular as indústrias que alimentam a máquina assassina de Israel

Nos dias 22 e 29 de setembro, mais de 80 cidades da Itália foram tomadas massivamente por manifestantes, no marco das greves de 24 horas convocadas contra o genocídio palestino. Chamadas por organismos de base das centrais e dos sindicatos, por organizações políticas e populares, as greves paralisaram setores-chaves da produção, dos transportes rodoviários e portuários, educação e saúde, além dos serviços públicos.

Os operários portuários italianos estão na vanguarda do proletariado italiano na luta contra o genocídio. Paralisaram 90% dos portos de Gênova, Marghera, Livorno e Salerno na greve. Mas, já bloquearam também os envios de armas e mercadorias para Israel. Adotaram o lema de “*bloqueemos tudo*” (“*blocchiamo tutto*”) caso Israel ataque a Global Sumud Flotilha que se dirige a romper o cerco em Gaza (militantes de base de seus sindicatos participam com um veleiro na flotilha). Esse movimento deve ser estendido às fábricas de armamento e mercadorias que se exportam para Israel, e ser estendido para toda a Europa. A manifestação de 04/10 demonstrará se essa tendência poderá vingar.

Existe entre o proletariado europeu uma tendência em lutar pelo fim do genocídio. No ano passado, em 18 de fevereiro, os portuários da Grécia bloquearam a saída da fragata “Hydra” que se somaria à “força tarefa naval” sob direção dos EUA para atacar o Iêmen. No mesmo ano, no dia 27/09, na Espanha 200 sindicatos e organizações da Espanha realizaram uma greve de 24 horas “*contra o genocídio e ocupação na Palestina*” exigindo que o governo espanhol rompa

as relações diplomáticas, comerciais e militares com Israel. Houve ainda protestos e paralisação parcial em fábricas que produzem equipamentos militares na Inglaterra, pela Action for Palestine, perseguida pelo governo britânico.

A classe operária mundial está manifestando todo o seu instinto internacionalista e de solidariedade de classe e cavam uma trincheira ao lado dos oprimidos contra os opressores e genocidas. Entretanto, os governos continuam financiando, armando e alimentando a economia e a população israelense que, em sua esmagadora maioria, revelou-se cúmplice do genocídio. Se bem a esmagadora maioria dos governos europeus reconheceram recentemente “*formalmente*” ao Estado Palestino, seguem enviando armas, mercadorias e bens para Israel. Paralisar essa rede de cumplicidades somente pode ser feito pelo proletariado organizado como classe independente e combatendo seus governos com a luta de classes.

As direções sindicais e políticas impedem aos trabalhadores impor aos governos cúmplices a ruptura total e incondicional de todos os acordos existentes com Israel. Para que os operários se coloquem à cabeça do movimento mundial em defesa dos palestinos, e organizem os boicotes, as greves e as ocupações das empresas ligadas ao Estado e à burguesia israelense, é preciso construir uma direção proletária revolucionária mundial capaz de unir as lutas por cima das fronteiras nacionais sob o objetivo da derrota e destruição do estado genocida de Israel, e da estratégia da revolução socialista. ●

SINDMETP divide a categoria e enterra luta, traindo os trabalhadores da Gerdau

No dia 15/09, deflagrou-se uma greve na Gerdau de Pindamonhangaba (Vale do Paraíba/SP), após o anúncio da patronal de fechar o setor de produção de cilindros até o final de 2025, quando pretendia demitir cerca de 400 operários.

Apesar de alegar “*cenário desafiador da indústria nacional do aço*”, e divulgar uma suposta queda de 37,5% no lucro no ano passado, a maior produtora de aço do Brasil fechou 2024 com lucro líquido de R\$4,3 bilhões. Apesar de uma queda marginal, os lucros continuam elevados. O fechamento noticiado, na verdade, é uma mudança da empresa visando “*focar em ativos com maior rentabilidade*”, ou, em outras palavras, a empresa irá deixar de atuar nos setores com menor margem de lucro, para migrar para outros com maiores lucros. O capitalista sempre procura os setores com maior lucratividade, ou seja, onde é possível super-explorar a

força de trabalho. Se deixa desempregados, fábricas fechadas etc. isso não lhe importa. Mas, sim importa aos operários que vivem da venda de sua força de trabalho porque não tem propriedades e nem capital.

O cenário desafiador é o dos operários, que de um lado veem a patronal prometendo demissões, e do outro lado vêem o Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, Moreira César e Roseira (SINDMETP), filiado à CUT, freando a luta de classes em defesa dos empregos, dividindo a categoria e negociando com o patrão no campo do ataque.

A negociata do SINDMETP com a Gerdau envolveu também a campanha salarial e garantiu aumento de 48% no valor do vale alimentação e reajuste de 6,40% (5,05% imediatos e mais 1,29% em janeiro de 2026), o que garantiu que a direção sindical dividisse a categoria entre aqueles que estavam lutando por melhores salários e aqueles que lutavam por

seus empregos, permitindo controlar a assembleia e fazer passar a proposta de encerramento da greve de um dia.

Aos operários do setor de cilindros, o sindicato diz ter garantido que “*apenas*” metade dos trabalhadores sejam demitidos em dezembro, e promete tentar retomar negociações por PDI (Plano de Demissão Individual) que traga indenizações maiores.

É necessário romper com a conciliação de classes e impulsionar a disposição de luta dos operários para impor ao patrão, por meio da ação direta, que nenhum trabalhador seja demitido! Ocupar a fábrica imediatamente e exigir que o patrão abra seus livros de contabilidade para demonstrar as mentiras do patronato! Que os operários, munidos de seu programa, superem as correntes reformistas e centristas que traem os trabalhadores e negociam com o patrão no campo do ataque! ●

A defesa das revoluções russa e chinesa não pode ser feita consequentemente sem *defender suas conquistas revolucionárias que ainda permanecem em pé*

Publicamos neste jornal duas Notas Históricas sobre as revoluções russa e chinesa, que celebram 108 anos e 77 anos, respectivamente. As notas foram publicadas em jornais anteriores, embora fizemos ajustes nas formulações e uma síntese dos fundamentos do seu processo histórico e as tendências de seu desenvolvimento que marcam hoje, de forma decisiva, a situação política mundial.

Existe um esforço permanente do PPRI para analisar a realidade econômica e política da Rússia e China, e de preservação das formulações de Leon Trotsky e Guillermo Lora contra os revisionistas do marxismo que a ignoram e são, portanto, incapazes de analisar o conteúdo de classe dos choques entre estados que decorrem de formas de propriedade antagônicas, que determinam o conflito entre as forças produtivas assentadas na grande propriedade burguesa, das potências imperialistas em crise mundial, e aquelas que têm base na propriedade estatal/nacionalizada, dos países que realizaram a Revolução Proletária e mantêm os Estados Operários, ainda que profundamente “degenerados”.

A existência dos Estados Operários é um fato objetivo baseado em uma realidade econômica existente. Trotsky afirmava em “Em defesa do marxismo” que “a ditadura do proletariado é, não só ‘essencialmente’, mas sim total e inteiramente, uma ‘categoria política’. No entanto, a política em si mesma não é senão economia concentrada”. Assim, “um regime que conserva propriedade expropriada e nacionalizada contra o imperialismo é, por isso, independentemente das formas políticas, a ditadura do proletariado”. As formas e regimes políticos diferentes de governo burocrático não apagam o fato incontestável que sua base comum continua sendo a propriedade nacionalizada pelas revoluções.

Os marxistas são obrigados a preservar o “programa da revolução proletária e mostra, tanto a partir da tradição trotskista, quanto dos dados econômicos, que a potência de China e Rússia derivam não da “capacidade” das castas burocráticas dirigentes, mas emanam do poder econômico e da forma histórica progressiva da propriedade estatal/nacionalizada, dominante nos dois países”. Ocorre que “É da necessidade de expansão desta propriedade, hoje superior à grande propriedade burguesa, que se desenvolvem as forças produtivas internas a cada um destes países e se produz a necessidade, também objetiva, de choque com as fronteiras nacionais impostas pelo capitalismo imperialista dominante. O choque entre os Estados imperialistas e os Estados Operários, entre os governos destes diferentes países, na arena mundial, expressa o choque material entre as relações de produção, dirigidas pela propriedade burguesa, e as relações de produção, dirigidas pela propriedade estatal, fruto da Revolução Proletária”. Daí decorre a “luta de morte entre forças econômicas antagônicas. As frações do imperialismo mundial, ... buscam a derrubada dos estados operários degenerados como meio para liquidar as forças produtivas internas e externas da Rússia e da China” e, assim, “manter o putrefato capitalismo”¹. Bastaria ver que as tendências bélicas envol-

vem, de um lado, os estados imperialistas e seus vassalos e, de outro, os estados operários degenerados e seus aliados, para confirmar factualmente esse prognóstico.

Esse choque mundial entre dois regimes antagônicos e contrapostos, “foi assinalado por Lênin como o antagonismo fundamental que marcaria os conflitos mundiais com a vitória da Revolução de 1917”. Sem recorrer a essa tese teórica e prognóstico político histórico, não há como explicar o conteúdo e tendências presentes na guerra na Ucrânia, e muito menos o avanço dessas contra China na Ásia. Nesse sentido, a guerra na Ucrânia obrigou às correntes a “submeter à prova dos fatos a compreensão sobre quais bases materiais objetivas explicam o choque militar entre o imperialismo e a Rússia, apresentando a Ucrânia como uma fachada da escalada bélica contra a Rússia”. Como assinalamos no folheto aqui citado, o fortalecimento da Rússia no quadro de decomposição geral das forças produtivas capitalistas “testemunha objetivamente que continua existindo – ainda que extremamente deformada – a planificação e racionalização da economia nacional, que foi forjada no processo da transição ao socialismo, e que sobrevive, ainda que sob novas formas, na atualidade”. A “propriedade nacionalizada das terras, assim como das indústrias e bancos, é a base objetiva que condiciona e obriga a burocracia a preservar esses métodos na direção da economia. Não se trata, evidentemente, de um ato voluntário ou de uma estratégia definida. Pelo contrário, é a propriedade estatal criada pela revolução, à qual correspondem-lhe determinados métodos econômicos, que obrigam à burocracia mantê-los, porque disso depende, em última instância, sua preservação (...)”².

É na base dessa compressão e fundamentos teóricos que temos feito, nestes três anos de existência organizativa, esforços concentrados para demonstrar que, apesar do avanço à restauração, ainda estão de pé os Estados Operários na Rússia e China – ainda que profundamente degenerados. Não houve, como previu Trotsky, a derrubada da burocracia combinando a guerra civil com o intervencionismo externo. O processo restauracionista ainda não completou seu ciclo histórico porque não se verificou a constituição da burguesia como classe dominante na economia e no estado. Falar de que se completou a restauração capitalista quando ainda as burguesias em formação na Rússia e na China estão sob rígido controle da burocracia, é um absurdo sem sentido e uma falsificação da realidade objetiva.

O proletariado mundial deve defender as conquistas revolucionárias, especialmente a propriedade nacionalizada, contra sua destruição, dentro do país (pela burocracia e pela burguesia), e também de fora (pelo imperialismo). A classe operária russa tem por tarefa imediata a derrubada da burocracia (revolução política) para abrir caminho à reconstrução dos soviets e a regeneração do Estado Operário. Esse programa foi desenvolvido por Trotsky como a continuidade do bolchevismo na época de reação burocrática e de retrocesso mundial do proletariado. E hoje se revela como insubstituível para a preservação das conquistas revolucionárias e de retomada da transição ao socialismo. ●

1. Folheto “Choques entre os estados imperialistas e operários”, publicado em novembro de 2023.

2. Folheto “Como é (de fato) a Rússia hoje?”, publicado em junho de 2024.

17 de outubro de 1917 - Revolução Russa

O proletariado russo põe de pé o primeiro Estado Operário da história, iniciando a transição ao socialismo*

* Nota publicada inicialmente no OI nº 21, de novembro de 2023.



A Revolução Russa marca a aurora da época histórica da transição do capitalismo para o socialismo. A nacionalização dos principais ramos da produção e comércio constitui a base dessa transição e do Estado Operário apoiado nos soviets. A planificação centralizada da economia nacionalizada e o monopólio do comércio exterior completaram essas bases perante o profundo atraso industrial.

A revolução proletária na Rússia abriu o caminho à revolução social mundial. Como disse Lênin, arrancou do “mundo imperialista, a primeira centena de milhões de homens da terra. As revoluções seguintes arrancarão dessas guerras e desse mundo toda a humanidade”. A vitória do proletariado permitiu ainda reconstruir seu partido mundial, após a degeneração da II Internacional pelo revisionismo. Surgiu a III Internacional, com um programa, métodos e táticas provadas na prática.

Com a consolidação do poder proletário, se iniciava o aprendizado da “arte da administração” da economia nacionalizada pelas massas. Para Lênin, essa “arte” reside na “flexibilidade, saber mudar de tática rápida e bruscamente, partindo das mudanças verificadas nas condições objetivas, e escolhendo outro caminho para os nossos objetivos, se o caminho anterior se revelou inconveniente, impossível, para um período de tempo determinado”¹.

A Revolução Russa traz importantes ensinamentos à vanguarda, que devem ser assimilados e defendidos na época atual, de reação ideológica e de crise de direção revolucionária. Um primeiro passo para superá-la reside em retomar os fundamentos, os métodos e as táticas sobre as quais o proletariado – sob direção do bolchevismo – deu passos gigantescos em sua emancipação de classe. A elaboração do programa e da tática revolucionária para nosso país exige assimilar essas lições e experiências.

ALIANÇA OPERÁRIA E CAMPONESA²

Para Lênin, “**não existem divergências radicais dos interesses dos operários com os interesses dos camponeses pobres. O socialismo pode satisfazer plenamente os interesses de uns e outros. Apenas o socialismo pode satisfazer os seus interesses. Daqui a possibilidade e a necessidade de uma «coligação honesta» entre os proletários e os camponeses trabalhadores e explorados**”. O controle da economia nacionalizada pelo proletariado era a garantia para o êxito dessa aliança entre essas classes sociais oprimidas, vindas de estágios diferenciados da evolução econômica e da produção (negritos no original).

Tendo o controle “operário sobre as fábricas, seguindo-se a isto a sua expropriação, nacionalização dos bancos, criação de um conselho econômico superior que regule toda a economia do país”, ou seja, conquistadas as bases materiais (econômicas e sociais) que preservam o caráter de classe do novo Estado, os operários “podiam” fazer certas concessões a seus aliados, e eram “**obrigados a concordar com as medidas transitórias propostas pelos pequenos camponeses trabalhadores e explorados, se essas medidas não prejudicarem a causa do socialismo**”. As “medidas de transição para o socialismo não podem ser idênticas nos países de grande e nos países de pequena propriedade” marcados pela economia combinada, afirma Lênin (destacados no original).

A aliança operária e camponesa surge da particular estruturação histórica, econômica e social dos países atrasados, como era a Rússia pré-revolucionária. Sua continuidade depois do proletariado conquistar o poder demonstrou o quanto se dependia de consolidar essas relações nos seus primeiros anos de existência. O peso do campesinato na produção e nas relações sociais exigia uma avaliação correta das medidas que podiam e deviam ser aplicadas “no interesse da vitória do

socialismo”, objetivando preservar as conquistas revolucionárias.

‘O QUÊ É O PODER SOVIÉTICO?’³

A essência do poder soviético “consiste no fato de o Estado, antes governado, de uma forma ou de outra, pelos ricos ou pelos capitalistas, ser agora governado, pela primeira vez e ainda em número massivo, justamente pelas classes que o capitalismo oprimia”. É a forma governamental sobre a qual se levanta o Estado Operário, e caracteriza a democracia da maioria sobre a minoria, ou seja, é a forma particular da ditadura proletária sobre as classes exploradoras. Como o definia Lênin, “O regime soviético é o máximo de democracia para os operários e os camponeses e, ao mesmo tempo, significa a ruptura com a democracia **burguesa** e o aparecimento de um **novo tipo** de democracia de importância histórica mundial: a democracia proletária ou ditadura do proletariado”⁴ (grifos no original).

O poder soviético “não é um talismã mágico, nem suprime de uma vez as mazelas do passado, o analfabetismo, a incultura, as consequências de uma guerra brutal e a herança do capitalismo espoliador”. Contudo, sua criação “possibilita a transição ao socialismo” e permite ao proletariado e aos demais trabalhadores que “tomem cada vez mais em suas próprias mãos toda a direção do Estado, da economia e da produção”. Como organismos de governo do proletariado e expressão de sua ditadura de classe, os soviets irão perecer com a extinção do Estado e das classes. Mas, a experiência também demonstra que esses podem degenerar, quando muda a correlação de forças entre as classes em nível mundial e no interior do Estado Operário, da economia e do partido de governo, sob pressão de acontecimentos históricos e sociais profundos. Mantiveram-se formalmente durante a contrarrevolução estalinista, embora seu conteúdo de classe e seus métodos correspondiam a interesses de classe

continua →

1. “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”. Lênin, 14 de outubro de 1921.

2. “A Aliança dos Operários com os Camponeses Trabalhadores e Explorados”. Carta à Redação do *Pravda*, Lênin, 18 de novembro (1 de dezembro) de 1917.

3. Lênin, março de 1919.

4. “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”. Lênin, 14 de outubro de 1921.



[Lênin,] ***“O regime soviético é o máximo de democracia para os operários e os camponeses e, ao mesmo tempo, significa a ruptura com a democracia burguesa e o aparecimento de um novo tipo de democracia de importância histórica mundial: a democracia proletária ou ditadura do proletariado”***

→ distintos e refletiam a violenta passagem do centralismo democrático ao centralismo burocrático, e à introdução de elementos da democracia burguesa na ditadura do proletariado.

REVOLUÇÃO PERMANENTE⁵

Na Rússia, a resolução das tarefas democráticas pendentes só foi possível com o programa e métodos socialistas do proletariado. No aniversário dos quatro anos da revolução, assim avaliava Lênin o feito até então: “Levamos, como ninguém, a revolução democrático-burguesa **até o fim**. É de modo perfeitamente consciente, firme e inflexível que avançamos para a revolução socialista, sabendo que ela não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da China, sabendo que **só a luta** decidirá em que medida conseguiremos (em última análise) avançar, que parte da nossa tarefa infinitamente grande cumprimos, que parte das nossas vitórias iremos consolidar”. (grifos no original)

Esse caráter permanente da revolução proletária é posto em relevo por Lênin, quando afirma que “As transfor-

mações democrático-burguesas — dissemo-lo e o demonstramos com fatos — são um produto acessório da revolução proletária, isto é, socialista”. Ou seja, “A primeira se transforma na segunda. A segunda resolve de passagem os problemas da primeira. A segunda consolida a obra da primeira. A luta, e só a luta, determina até que ponto a segunda consegue ultrapassar a primeira”. As leis da revolução proletária na época de decomposição capitalista, sua fase imperialista, exigem uma clara compreensão dessa dialética, e elaborar de forma científica o programa, os métodos e as táticas que correspondam a essas leis e ao desenvolvimento desigual e combinado de suas economias.

TAREFAS DA REVOLUÇÃO APÓS A VITÓRIA DO PROLETARIADO⁶

A tarefa estratégica do proletariado após a conquista do poder é criar e fortalecer a organização “de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização, que abarque a produção e a distribuição planificada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de pessoas”. Essa tarefa somente pode ser realizada com a “atividade criadora histórica independente da maioria da população e, em primeiro lugar, da maioria dos trabalhadores”.

Somente por meio de “um registo e um controle rigorosíssimo e geral da produção e distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, socializar de fato a produção”. É “unicamente depois de a resolver (nos seus traços principais e fundamentais)”, disse Lênin, que “se poderá dizer que a Rússia se tornou, não só uma república soviética, mas também socialista”.

Quer dizer que a vitória revolucionária era para Lênin a tarefa mais fácil, enquanto administrar o Estado e economia criadas pela revolução muito mais difícil e complexa, “pois trata-se de organizar de um modo novo as bases mais profundas, as econômicas, da vida de dezenas e dezenas de milhões de pessoas”. A construção “dos alicerces econômicos do edifício novo, socialista, em lugar do edifício feudal destruído e do edifício capitalista semidestruído” percorrerá décadas, e estará ligado ao rumo da revolução socialista mundial.

O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO POLÍTICA CONTINUA VIGENTE

A contrarrevolução estalinista deformou o Estado Operário e a casta burocrática se elevou por cima dos soviets, destruiu o partido bolchevique e tomou posse do controle da economia nacionalizada, expropriando politicamente o proletariado e destruindo sua vanguarda, iniciando o caminho histórico da restauração capitalista, que se alastra até os dias de hoje. A permanência da economia nacionalizada é um freio objetivo à restauração completa do capitalismo. O proletariado mundial deve defendê-la contra sua destruição, dentro do país (pela burocracia e pela burguesia), e também de fora (pelo imperialismo). A classe operária russa tem por tarefa imediata a derrubada da burocracia (revolução política) para abrir caminho à reconstrução dos soviets e a regeneração do Estado Operário.

Esse programa foi desenvolvido por Trotsky como a continuidade do bolchevismo na época de reação burocrática e de retrocesso mundial do proletariado. E hoje se revela como insubstituível para a preservação das conquistas revolucionárias e de retomada da transição ao socialismo. ●

5. “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”. Lênin, 14 de outubro de 1921.

6. “As Tarefas Imediatas do Poder Soviético”. Lênin, 26 de abril de 1918.

01 de outubro de 1949 - *Revolução Chinesa* Vitória da revolução chinesa: a República Popular da China é proclamada

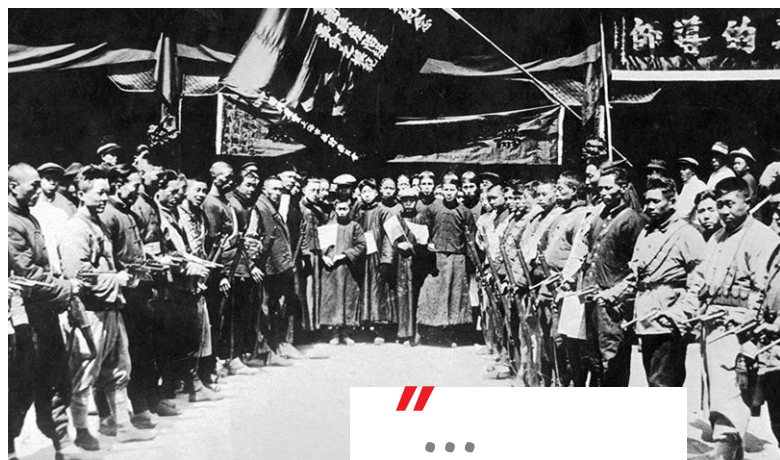
Após 15 anos do início da chamada Grande Marcha ou Longa Marcha do Exército Vermelho (renomeado depois Exército de Libertação Popular), as tropas guerrilheiras do Partido Comunista Chinês (PCC) derrotaram o Partido Nacionalista Chinês ou Kuomintang (KMT) e o imperialismo, sob a direção de Mao Tsé-Tung e, em 1 de outubro de 1949, era proclamada a República Popular da China. O KMT se transferiu para o que hoje é conhecido como Taiwan. Com apoio imperialista, declararam a independência da ilha da “china comunista”. Esse fato histórico marca até hoje os choques entre o Estado Operário chinês e o imperialismo norte-americano que converteu a ilha em seu protetorado, indicando que não foi completamente realizada a unidade e soberania nacional da China sobre todos seus territórios, uma tarefa democrática da revolução proletária que ainda permanece inconclusa.

A revolução proletária na China realizou as principais tarefas democráticas e socialistas colocadas pela época da transição do capitalismo para o socialismo. Foram expropriados e abolidos os latifúndios; se nacionalizaram as terras e foi aplicada uma ampla revolução agrária; foram expropriadas e estatizadas as grandes indústrias; se instaurou o monopólio do comércio exterior - hoje parcialmente desmontado pelo avanço da produtividade das forças produtivas internas que se impõem por preço, qualidade e massa de valores a todo o mundo; se elevou exponencialmente a alfabetização das massas e se ergueu um sistema de



acesso universal à educação e saúde básicas; foram construídos planos de moradias e infraestrutura que garantiram o desenvolvimento do nível de vida e das forças produtivas internas.

A Revolução Chinesa foi mais um elo histórico na luta revolucionária do proletariado por assumir a resolução das tarefas históricas colocadas pelo desenvolvimento econômico e das forças produtivas sociais: harmonizar a produção social com a apropriação social do produzido. A transição do capitalismo ao comunismo - onde a propriedade será social, coletiva, de todos e de ninguém em particular - é um longo percurso histórico marcado por avanços e retrocessos marcado pelo choque constante entre um regime agônico (o capitalismo) e outro em ascensão, mas que ainda não conquistou as bases para extinguir as classes e o estado, e dar a cada um segundo suas necessidades e receber de cada um segundo suas capacidades. Isso verifica-se no fortalecimento do estado como regulador das relações econômicas e sociais, portanto, do fortalecimento da burocracia contrarrevolucionária como casta que domina o estado. O PCC controla a economia nacionalizada e



as alavancas do estado, após ter expropriado o proletariado chinês do poder político e do controle da economia estatizada.

O problema é que a China iniciou sua passagem do capitalismo ao socialismo já sob influência da degeneração estalinista havida na Rússia, o que se refletiria na rápida burocratização do PCC e nos sucessivos retrocessos nas conquistas revolucionárias, marcadas pelas tendências restauracionistas do capitalismo. Sem dúvida, foi a derrota da Oposição de Esquerda Russa que impediu à classe operária chinesa frear o rumo de degenerescência burocrática do Estado Operário, e tomar posse do controle da economia e do Estado recém-criado. Isso explica porque a burocracia chinesa, assim como a russa, nunca teve por objetivos estender a revolução proletária, mas sim acorrentá-la ao interior das fronteiras nacionais, para dessa forma continuar de posse do controle da fonte de seu poder e ganhos parasitários.


Apesar da burocracia se apropriar do controle do estado e da economia nacionais, não por isso se deve desconhecer que a propriedade nacionalizada é a base

(...) a derrota da Oposição de Esquerda Russa impediu à classe operária chinesa frear o rumo de degenerescência burocrática do Estado Operário recém-criado.

objetiva para regenerar o Estado Operário e retomar a luta pela revolução mundial, desde que o proletariado chinês, constituído em partido, expulse do poder e passe controlar e dirigir a economia e a política nacional. Não haverá como dar saltos há a fase superior da transição ao socialismo sem que a revolução se estenda mundialmente, conquistando uma base ampla ao desenvolvimento das forças produtivas “socialistas”, e sem que a burocracia seja derrocada sob o Programa da Revolução Política. A defesa das conquistas revolucionárias é, por isso, um dever elementar da vanguarda revolucionária, para o desenvolvimento da transição ao socialismo iniciada na China em 1949. Cabe ao proletariado chinês derrubar a burocracia e erguer sua ditadura assentada na democracia operária e controle coletivo da economia. ●

O imperialismo caminha para um confronto contra as nações oprimidas e os estados operários degenerados

A tarefa colocada ao proletariado é transformar seu instinto em consciência revolucionária, fundindo suas lutas imediatas ao programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias

 Restando três meses para que se cumpra um ano de mandato de Donald Trump à frente da maior potência imperialista, já ficou claro que sua presidência inaugurou uma fase do imperialismo de crises contínuas - e cada vez mais violentas - na esfera da economia e da política mundial. De intervencionismo e ataques contra as nações que não se submetem a suas ordens e, sobretudo, de criação das condições objetivas para uma implosão de uma guerra que tem por principal alvo os estados operários degenerados. Trump é a expressão mais brutal e cínica dessa fase de completa barbárie capitalista.

Uma das manifestações desse percurso de crises, guerras e contrarrevoluções é a fusão nos EUA dos interesses da indústria militar aos dos gigantes da tecnologia de processamento de dados e da IA, revelados dois dos setores mais lucrativos ao capital financeiro no momento em que a lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas no marco do avançado processo de desindustrialização nos EUA e de acirramento da disputa com a China pelos mercados, obriga os capitalistas explorarem a guerra e a militarização das relações econômicas e políticas para fazer negócios lucrativos.

No quadro da destruição de forças produtivas dentro dos EUA, e de acirramento da concorrência contra a China - que domina parte desse mercado o inundando com produtos de alta qualidade e mais baratos, uma "taxa de retorno" de lucros muito demorada é insustentável para a fração da burguesia monopolista que atualmente determina a política do estado norte-americano. As Big-Techs (Meta, Amazon, Microsoft, Google e Tesla) investiram US\$ 560 bilhões e recolheram dividendos de US\$ 35 bilhões. A indústria tecnológica achou na técnica militar um campo para aplicar os avanços tecnológicos e, por meio de guerras e intervenções militares, realizar lucros mais rapida-

mente do que se poderiam conseguir na aplicação da IA à produção de meios de produção e meios de subsistência.

É nesse marco que se insere a guerra comercial contra China pelas controle de elementos químicos (minerais) com aplicação no desenvolvimento de tecnologias digitais, de produtos e visores de plasma, com aplicação civil (carros elétricos, por exemplo) e militar, chips e semicondutores, realidade virtual aumentada etc. e que condiciona a fusão dos monopólios ao estado e suas políticas. Isso explica porque o maior inversor de capital é o próprio estado, seja comprando ações das empresas da indústria militar e da IA, seja dispensando somas bilionárias em subsídios. E explica também porque os executivos da Meta, OpenAI e Palantir prestaram juramento ao Ministério de Guerra se incorporando no Departamento 201 (unidade de "inovação tecnológica" do exército) com patentes de tenentes-coronéis.

A China vem reagindo às ameaças crescentes do imperialismo norte-americano. Trump vinha publicitando estar perto de chegar a um acordo com a China. Acreditou que bastaria ameaçar esse país para impor seus interesses. Caiu como balde de água fria a suas especulações a decisão da China de restringir as exportações de 12 dos 17 elementos químicos chamados de "terras raras" para os EUA. Em resposta, Trump anunciou um aumento de 100% nas importações daquele país. A China está em melhores condições para ditar um futuro acordo econômico, uma vez que controla 70% da mineração mundial desses elementos e 90% de seu processamento industrial. Enquanto a China se fortalece e se projeta economicamente, os EUA retrocedem. O que deixa claro que haverá um agravamento da guerra comercial e das movimentações militares dos EUA na Ásia. O cerco contra China se realiza também nas regiões do mundo onde seus interesses comerciais têm se firmado, a exemplo

da Bolívia e da Argentina.

Se aproveitando da crise e desagregação do governo Milei na Argentina (ver pag.31), Trump acedeu a emprestar dinheiro para pagar a dívida pública e recompor as reservas fiscais em troca daquele país disponibilizar suas jazidas de terras raras em exclusivo benefício dos EUA e de "expulsar" a China do país. A militarização do Canal de Panamá e o intervencionismo contra a Venezuela é parte do objetivo de controlar as rotas comerciais mundiais e as fontes de recursos naturais indispensáveis para qualquer esforço econômico e de guerra. Soma-se ao agravamento dos choques com a China a decisão de prover de mísseis de longo alcance à Ucrânia para atingir a Rússia. Essa decisão demonstrou que a reunião de Alaska entre Trump e Putin foi apenas uma manobra de distração. A guerra contra a Rússia, que será financiada e custeada pela burguesia da Europa, será lucrativa para os EUA e permitirá cumprir um de seus principais objetivos histórico: "A destruição da propriedade nacionalizada e sua reconstrução parcial sob controle do capital financeiro", o que somente é possível "com a derrubada da burocracia e desmembrar a China e a Rússia, as reintegrando ao capitalismo como semicolônias". Esse é o conteúdo histórico e a tendência objetiva que movimenta a burguesia norte-americana na atual fase da crise.

O avanço da burguesia monopolista estadunidense a esses objetivos, não obstante, é permanente torpedeado pela implosão de violentas contradições internas aos EUA. Um dos obstáculos se revelou no momento em que implodiu um feroz choque no Congresso entre democratas e republicanos pela não aprovação do orçamento público federal. Esse impasse da disputa interburguesa ainda não foi plenamente resolvido, mas já começou a impactar os milhões de empregados públicos que estão obrigados a continuar traba-

“
...

Contra a barbárie capitalista e a guerra mundial contra as nações oprimidas e contra os estados operários degenerados que se prepara chefiada pelos EUA, se deve **opor a política, a tática e os métodos da luta de classes dos explorados e oprimidos pelo fim do capitalismo e pela vitória do socialismo.**

→ Ihando sem receber seus salários, ou perder seus empregos. O que tem agravado o choque entre oposição e situação levando à militarização de cidades e estados democratas por decisão de Trump. Trump se utiliza das forças armadas da Guarda Nacional para impor suas decisões e esmagar a resistência interna a seu programa e objetivos. E mais ainda: aproveitando do “apagão” federal anunciou a redução entre 20 e 30% do funcionalismo e cortes por US\$ 2 bilhões em gastos.

Outro foco de acirramento das disputas inter-burguesas - e que se reflete no agravamento das dissensões internas com o governo - é a guerra tarifária desfredda que tem começado a atingir duramente os negócios da burguesia que realiza seus lucros no mercado interno do país. O aumento dos custos de produção, produto do aumento dos preços das matérias-primas importadas, foram, após uma momentânea absorção dos custos por meio do esgotamento dos stocks, repassados aos consumidores. De fevereiro a agosto, os preços dos monopólios que comercializam com produtos importados, além daqueles que têm as importações como insumo produtivo, subiram 14% para equipamentos eletrônicos, 8% para vestimenta e 5% em ferramentas e máquinas. Comércio de varejo aumentaram os preços de produtos eletrônicos e têxteis, alavancado a alta inflacionária. A isso combina-se a política migratória que atingiu a indústria de mineração, da construção, do turismo, além do transporte e da logística: perderam-se até 35% dos postos de trabalho. Entretanto, tem se mostrado altamente lucrativa para um setor da burguesia (ver pag. 28). No caso da produção agrícola, o aumento das tarifas e os efeitos da política migratória levaram a uma queda das exportações e aumento das falências de produtores. A soja, milho, trigo, sorgo e algodão estão entre as culturas mais afetadas, com os EUA perdendo seu lugar de primeiro exportador de produtos e commodities agrícolas. Dei-

xando claro que as políticas migratórias e comerciais de Trump contribuíram para agravar o cenário da crise industrial e comercial nos EUA.

A política imperialista sempre se baseou nas pilhagens, no roubo e no saque das nações por meio de medidas econômicas, dos golpes militares ou institucionais para trocar regimes que entravam o avanço de seus monopólios e do capital financeiro, bem como as guerras e intervenções militares para abrir mercados e dividir o mundo para impor seu controle. Mas, sob o governo Trump essa política se tornou claramente mafiosa. É o que comprova seu “plano de paz” para a Palestina que reinstala o protetorado imperialista sobre o Oriente Médio (ver página 19). Os negócios com a reconstrução de Gaza e os projetos imobiliários já aprovados por um cartel de monopólios (imperialistas, sionistas e árabes) se estendem para projetos energéticos para bloquear a Rota da Seda chinesa e cercar militarmente o Irã. Cada vez fica mais claro que não há separação entre guerra comercial e guerra militar promovida pelos EUA.

O curso da crise mundial, da guerra comercial, a destruição dos alicerces da diplomacia e dos métodos da democracia formal, combinada à militarização das relações econômicas e civis nas potências imperialistas, e à desagregação sectária de países árabes sob alvo do imperialismo e do sionismo, deixam em claro que não haverá paz enquanto existir o capitalismo. O que aguarda às massas e nações oprimidas é o acirramento da violência reacionária e contrarrevolucionária do imperialismo.

Contra a barbárie capitalista e a guerra mundial contra as nações oprimidas e contra os estados operários degenerados que se prepara chefiada pelos EUA, se deve opor a política, a tática e os métodos da luta de classes dos explorados e oprimidos pelo fim do capitalismo e pela vitória do socialismo. À guerra imperialista se deve responder com a guerra total, civil e

militar, do proletariado e dos demais oprimidos do mundo todo pela derrota do imperialismo e a derrubada dos governos burgueses com a unidade anti-imperialista e anticapitalista, em cada país e também no mundo todo. É nesse quadro das tarefas colocadas imediatamente ao proletariado para preservar as forças produtivas sociais que o proletariado construiu com seu suor e sangue, e que libertadas das cadeias da propriedade privada burguesa e transformadas em propriedade estatizada acabarão com a fome e miséria, elevando a cultura e condições de vida das massas, está obrigado a reconstruir sua direção mundial revolucionária, e formar os partidos proletários revolucionários e internacionalistas em cada país como suas seções nacionais. É possível avançar nessa reconstrução se a vanguarda com consciência de classe em cada país se apoia firmemente nas lutas operárias e das massas e, por meio de um programa nacional de reivindicações e dos métodos da luta de classes, travam uma verdadeira guerra civil contra a burguesia e seus governos de turno. A palavra de ordem que guia a ação revolucionária da vanguarda e empurra objetiva e instintivamente o proletariado à luta de classes continua sendo “socialismo ou barbárie”. ●

FOLHETO
NOVO!



PROGRAMA

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

Adquira com nossos militantes!



A caça aos imigrantes é um negócio lucrativo do setor da burguesia que se integrou ao funcionamento do estado

A ofensiva de Trump contra os imigrantes e o fortalecimento do poder de polícia da Agência de Fronteiras e Alfândegas /ICE (habilitada para invadir escolas, igrejas e hospitais à caça de imigrantes para os aprisionar e deportar sem o devido processo legal), revelou-se um esquema muito lucrativo para o sistema prisional privado dos EUA: quase 90% dos presos sob custódia do ICE estão detidos em instalações administradas por empresas privadas. Desde antes da posse de Trump, cresceram os investimentos de empresas como GEO Group e a CoreCivic associadas a fundos de investimento como BlackRock, Vanguard e Goldman Sachs etc. São US\$ 45 bilhões os repassados pela “*Big, Beautiful Bill*” para esse setor que detém o monopólio da detenção de imigrantes. Outra das beneficiadas pela “lei” foi a Palantir, contratada pela ICE para monitorar e vigiar imigrantes via redes. Palantir cresceu em 53% na sua receita graças aos contratos governamentais e recebeu mais de US\$ 255 milhões do Departamento de Segurança Interna para aplicação de

tecnologias junto da Meta, Google e outras empresas.

No momento da vitória de Trump, o GEO Group tinha 18 mil leitos prisionais vazios, agora preenchidos pela caça indiscriminada de imigrantes. Isso significou US\$ 400 milhões em receita anual adicional comparado ao ano anterior. A CoreCivic somou mais 28 mil leitos para prisões que administra investiu US\$ 67 milhões em um novo centro de detenção na Virgínia, pelo qual almeja obter uma receita anual extra de US\$ 40 milhões em repasses do governo federal. Foi com o objetivo de garantir os negócios de seus financiadores que o governo reforçou as capacidades repressivas da ICE, que passou receber US\$ 170 bilhões (um valor muito superior ao orçamento militar da esmagadora maioria dos exércitos do planeta) triplicando assim seu orçamento em relação ao do ano passado.

Um dos “serviços” que mais tem crescido é o de transporte de migrantes presos. Allied Universal – que gasta em média US\$ 800 mil ao ano com lobby no Congresso – por intermédio de subsidiária G4S Secure Solutions, fornece não ape-

nas transporte e leitos em prisões nos Estados Unidos como serviços de “guarda armada” para empresas petrolíferas no Oriente Médio e policiais prisionais para Israel. A Acuity International (proveu “instrutores” para o exército iraquiano) fechou um contrato de US\$ 985 milhões para transporte de crianças migrantes. A ISS Action, recebeu mais de US\$ 100 milhões em três anos por “serviços de transporte terrestre e guarda” e “detenção emergencial” de imigrantes.

A ICE transformou-se em um instrumento ao serviço de um setor parasitário da burguesia norte-americana criando um “mercado” para seus negócios. Não apenas se encarrega de aumentar o número de detentos de forma ilegal e violenta para assim cobrir a “oferta” de leitos nas prisões privadas, como também garante pedidos constantes de suprimentos (algemas, transportes blindados, armas, serviços de intérpretes e tecnologia da informação) que são providos pelas empresas. Trata-se de um instrumento provido pelo Estado para a “criação” de mercados às empresas de segurança. Para cumprir

A ICE transformou-se em um instrumento ao serviço de um setor parasitário da burguesia norte-americana criando um “mercado” para seus negócios. Não apenas se encarrega de aumentar o número de detentos de forma ilegal e violenta para assim cobrir a “oferta” de leitos nas prisões privadas, como também garante pedidos constantes de suprimentos (...) que são providos pelas empresas. Trata-se de um instrumento provido pelo Estado para a “criação” de mercados às empresas de segurança.

esse objetivo, se oferece um aumento dos ingressos salariais de seus agentes por meio de um programa de incentivos e bônus para todos aqueles que superarem um número determinado de prisões: US\$ 15 mil a mais com maiores “índices de produtividade” e até US\$ 7,5 mil se participar de batidas noturnas. Entre bônus e salário, os agentes da ICE podem ganhar até US\$ 234 mil ao ano, valor superior ao salário médio de um po-

→ licial estadual (US\$ 50 mil anuais). Essas vantagens têm atraído uma maior concorrência na procura de um posto na ICE, inclusive entre militares e policiais (da ativa e reformados). Entretanto, ainda não foram atingidas a meta de 3 mil detenções diárias exigidas por Trump. As prisões e detenções têm se transformado em um negócio no qual os imigrantes são incorporados aos cálculos contábeis dos negócios de um setor parasitário da burguesia e enriquece um setor da burocracia do estado que, para continuar se favorecendo, passa por cima de qualquer limite legal e jurídico. Os imigrantes são apenas a “matéria-prima” dessa rentável indústria.

Há uma estreita relação entre as empresas do setor com organismos estatais encarregados das detenções. Tom Homan, ex-diretor interino do ICE dos EUA, foi consultor (acionista) no GEO Group. Pam Bondi, ex-procuradora-geral da Flórida, foi lobista para a mesma empresa em 2019. Homan hoje é responsável pelo cuidado das fronteiras e Bondi é procuradora-geral dos EUA. Como assinalamos no jornal O Internacionalista n° 31 (“Como caracterizar o governo Trump”, setembro de 2025), “as tendências centralistas e autoritárias de Trump” permitem extrair de sua função “seus próprios benefícios políticos ou econômicos”, o que ainda se reflete no fato de “Uma parte considerável da burocracia estatal (civil e militar) e dos empresários” do projeto MAGA sejam “os principais beneficiários da política do governo”.

Como assinalamos na nota “Como caracterizar o governo Trump”, de O Inter-

nacionalista n° 30 (setembro de 2025), a fusão do estado à estrutura de empresas monopolistas tem se revelado uma tendência inerente ao estado burguês que alcançou o grau mais elevado da concentração monopolista e que, hoje, se enfrenta às contradições dialéticas surgidas do processo de desindustrialização. Se bem os monopólios estadunidenses conservam o controle sobre grande parte dos processos produtivos realizados externamente ao país, o esvaziamento de indústrias e encadeamento de processos produtivos dentro do país têm se mostrado contraproducente na guerra comercial travada contra as forças produtivas em expansão da China. O controle de processos produtivos serve ao enriquecimento dos capitalistas, mas submete a indústria norte-americana a depender das condições sociais, políticas e econômicas de outros países. Essa dialética histórica imposta pela lei da procura de lucros se revelou em toda sua magnitude na Inglaterra, que passou de nação mais industrializada (base sobre a qual constitui seu império) a uma nação que carece de capacidade de concorrer no mercado.

A decomposição econômica dos EUA combina-se ao avanço ao autoritarismo e do terrorismo de estado para criar um campo vasto para os negócios parasitários (e criminosos) de frações da burguesia que sobrevivem se alimentando de recursos públicos. Seus negócios incidem nas estatísticas econômicas, ajudando assim o governo Trump a falsificar os dados do crescimento econômico. Mas, é fato que existe uma queda do PIB, perdem-se empregos, se agrava a bai-

xa qualificação da mão de obra e a queda de investimentos produtivos. Revela-se assim a verdadeira natureza da militarização e da repressão do estado vinculados aos negócios do sistema prisional e de segurança privados. Consoante-se uma maior quota parte da mais-valia criada na produção para garantir o parasitismo de um setor da burguesia que consome improdutivamente grande parte das riquezas sem aumentar a base técnica da produção social industrial. O mesmo parasitismo se revela no aumento das tarifas para se apropriar de maior fatia da mais-valia produzida no mundo todo. A política econômica de Trump não se encaminha a revitalizar a indústria e os setores da transformação, ou seja, a ampliar a massa de valor produzida no país, e sim a proceder à distribuição da massa de mais-valia já criada por meio da transferência violenta de ingressos dos explorados para os exploradores. Isto é, uma via artificial de garantir maiores lucros destruindo as condições de vida das massas. A política econômica de Trump é a sistematização de um roubo imposto à força sobre países e as massas para manter os lucros da burguesia parasitária norte-americana.

Esse é o conteúdo objetivo, econômico, das tendências de militarização e projeção das ameaças bélicas que deram um salto à frente no segundo mandato de Trump com a guerra contra Irã, aumentando a produção de armas para a guerra na Ucrânia, com as manobras bélicas sobre as fronteiras chinesas e ameaça intervencionista na Venezuela. O governo Trump, como

caracterizamos no Editorial Internacional de OI n° 31, se prepara para impor militarmente a expropriação e roubo a todo o planeta.

A derrocada do governo Trump pelo proletariado norte-americano, constituído em classe independente e tendo a sua cabeça um partido revolucionário, demonstra-se como a única saída colocada ao país para evitar avancem as condições de um governo de feições ditatoriais abertas, um governo bonapartista e fascizante, além de ser um poderoso freio à uma nova guerra mundial. Por sua vez, a reconstrução da direção mundial da revolução e ditadura proletária no mundo permitiria aos explorados e oprimidos agirem pela derubada de seus governos e abrir caminho ao socialismo, enfraquecendo o imperialismo norte-americano e favorecendo a luta de classes ao interior dos EUA.

Eis como salta à luz do dia o profundo retrocesso imposto ao proletariado pela destruição de sua direção revolucionária pelo estalinismo e a degenerescência revisionista dos partidos que se reclamam marxistas. Mas, a luta de classes também cria as condições de sua superação. A reconstrução da direção revolucionária mundial passará imediatamente pelo desenvolvimento da luta de classes das massas em defesa de suas condições de vida e pelo apoio incondicional à luta dos povos e nações oprimidas. ●



EQUADOR |

Noboa militariza o país visando impor goela abaixo dos equatorianos as ordens recebidas do imperialismo

O governo de Daniel Noboa retomou os ataques contra as condições de vida das massas equatorianas sob exigência dos EUA de criar as condições para garantir a subordinação do Equador a suas ordens. Entre os ataques se destacam: **a)** os ataques contra a educação pública; **b)** avanço da Reforma Administrativa; **c)** eliminação do subsídio ao diesel; **d)** reabertura da base norte-americana no país; **e)** entrega de recursos minerais; e **f)** convocação à Assembleia Constituinte visando alterar as relações entre as instituições.

Com a eliminação do subsídio ao diesel, seu preço aumentará de US\$ 1,80 para US\$ 2,80. Segundo o governo, com a medida se “pouparão” US\$ 1,1 bilhões anuais. Para compensar os transportistas, será implantado um subsídio mensal de US\$ 400 e US\$ 1.000, além de “programas produtivos” para empresas e subsídios para as famílias mais pobres. Como os salários não terão aumento, não haverá linhas de créditos e apoio aos camponeses e aos povos indígenas (que vivem da produção agrícola). É evidente que enquanto o governo “compensa” um setor da pequena e média burguesia, faz recair os aumentos dos preços sobre os assalariados e demais oprimidos. A maior parte dos ingressos pelo aumento dos combustíveis serão orientados para pagar a crescente dívida pública, para privatizações etc.

Quando a mesma medida foi aprovada pelo governo de Lênin Moreno, em 2019, explodiu uma revolta operária e

popular que impôs sua retirada quando tomaram as ruas e ocuparam o Congresso. Agora, mais uma vez, os sindicatos e as organizações indígenas convocaram uma paralisação e greve nacional contra a medida. Sob pressão do movimento, o governo abandonou Quito (capital) e se deslocou para uma capital de província visando evitar o cerco das massas sobre as instituições, como em 2019. Foi declarado o estado de exceção em dez estados e foram reprimidas as manifestações. Mas, continuaram os piquetes, o fechamento de rodovias e as ocupações de rua. No estado de Cuenca, houve ainda uma massiva manifestação contra o projeto Loma Negra da canadense *Dundee Precious Metals*, que prevê utilizar os recursos de água da região para a extração ouro, prata e cobre, que levará a sua contaminação e escassez para os ribeirinhos, os povos indígenas e as populações camponesas. Sob pressão do movimento e cercado pela continuidade da greve, Noboa anulou a concessão à empresa canadense. Mas, ainda se mantém firme em sua decisão do aumento do diesel - como lhe exige o FMI.

Trump exige de Noboa acelerar o curso das contrarreformas e das privatizações. Mas, sobretudo, que se reabra a base militar que fora fechada sob o governo de Rafael Correa (para usá-la para intervir na América Latina) e que “se rompam os acordos do Equador com a China (a maior financiadora e consumidora de seus produtos agrícolas)”¹. A mesma exigência foi imposta ao governo ultradireitista de Javier Milei (ver nota pág 31). O fato é que os EUA precisam garantir seu controle sobre recursos e mercados para avançar na sua guerra comercial com a China e, assim, criar condições para ampliar sua base industrial e militar sob o objetivo já traçado de deflagrar uma grande guerra contra aquele país.

É dentro desse quadro que Noboa

apresentou sua proposta de convocatória a uma Assembleia Constituinte cujo objetivo é alterar a relação entre as instituições e ao interior do Congresso para obter nas próximas eleições uma maioria garantida ao governismo. Disso trata a proposta de mudar os critérios constitucionais do peso das circunstâncias eleitorais, sobretudo, indígenas (que são a maioria da nação) e, assim, impor uma maioria de parlamentares sob controle de partidos direitistas.

Entretanto, as massas se negam a abandonar a luta nas ruas e a ação direta. Com a incorporação de manifestações contra a grande mineradora estrangeira abre-se uma via à unidade nacional dos explorados e oprimidos contra o governo reacionário de Noboa. É contra essa força social das massas oprimidas que se orienta a militarização da sociedade. A justificativa de que é para combater o narcotráfico não resiste à menor das provas. Os negócios da burguesia narcotraficante crescem amparados e protegidos por um setor da burocracia estatal que se integrou a seus negócios provendo proteção e impunidade desde o Estado. O elemento decisivo na centralização autoritária pela que se encaminha Noboa reside em que as massas já mostraram toda sua força social para frear e derrotar os ataques dos governos sob controle do imperialismo. Mas, ficou claro também que sem sua direção revolucionária, acabará se impondo os métodos e objetivos da burguesia. É essa situação que favorece a Noboa para avançar a seu plano de centralização política e militar dos choques sociais visando cumprir as ordens imperialistas. Daí também a importância de impulsionar as tendências de luta sob um plano comum de reivindicações e recorrer à luta de classes contra o governo e o imperialismo, processo no qual poderá surgir uma vanguarda que se organize sob o programa da revolução e ditadura proletária e seja capaz de projetar a luta instintiva das massas para a derubada da burguesia e constituição de um governo operário e camponês. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA



e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquirir com nossos militantes!

1. “A eleição de Noboa expressa a projeção das tendências reacionárias da burguesia contra a vida das massas”, OI n° 27.



Argentina

O governo ultradireitista de Milei se desagrega sob os impactos das crises econômica e política

A oposição burguesa e a burocracia sindical querem acorrentar as massas à disputa eleitoral de 2028. A vanguarda deve **organizar as massas no campo de sua independência de classe, recuperar os sindicatos para a luta de classes, e erguer um programa nacional de reivindicações antiimperialistas e anticapitalistas.**

No dia 26 de outubro, acontecerão as eleições legislativas que renovam 127 dos 257 deputados, e 24 dos 72 senadores. O resultado dessas eleições poderá agravar a crise do governo de Milei aberta após sua derrota eleitoral no maior distrito eleitoral: o estado de Buenos Aires (40% do padrão eleitoral da Argentina). No estado, *A Libertad Avanza* (LA) de Milei foi derrotada esmagadoramente pelo peronismo, inclusive nas prefeituras onde estão enraizadas a agroindústria e os latifundiários, dois de seus principais apoios internos entre a burguesia nacional, além da pequena-burguesia rural e urbana.

Milei perdeu 17% dos apoios desde o começo de seu mandato. Em 2023, nas eleições presidenciais, obteve até 50% dos votos no estado de Buenos Aires, e agora despencou para 33%, perdendo em 6 das 8 seções eleitorais. Nas que ganhou, reduziu muito sua margem de vantagem sobre a oposição peronista. A derrota por

mais de 14% superou até os mais pessimistas das análises prévias, indicando uma erosão rápida de seus apoios sociais e políticos. Sequer agora o governo consegue fazer campanhas e comícios sem seus atos estarem praticamente esvaziados e recebendo insultos da população. A queda eleitoral abre, assim, o caminho a uma crise política que afetará sua governabilidade. E isso acontece no quadro de uma série de derrotas no Congresso com projetos de lei orçamentários.

Milei vetou a *Lei de Financiamento da Educação Universitária* aprovada no Congresso em 2023, retornando ao Parlamento neste ano para seu veto ser jogado fora. No momento da plenária que levaria à derrubada do veto, aconteceu uma greve geral das universidades que exigia a manutenção da lei aprovada (ainda que insuficiente para manter a educação pública no nível de anos anteriores). A Lei atualizará pela inflação os repasses orçamentários e ordena ao exe-

cutivo reabrir os Convênios Coletivos. Dias antes, tinha sido rejeitado o veto presidencial que congelava os gastos públicos para tratamentos médicos para pessoas com deficiência, além de que era aprovada a *Lei de Emergência Pediátrica* que impõe ao governo o financiamento do principal e maior hospital pediátrico da América Latina - o Garrahan. Aprovou-se também o repasse imediato de fundos federais para estados e municípios.

Milei já não tem mais como recorrer às manobras orçamentárias dos dois primeiros anos, quando se reduziam os recursos disponíveis para, depois, repassá-los discricionariamente para comprar os votos de deputados e de governadores. Cercados pelo agravamento da crise e as crescentes tensões da luta de classes, os governadores que antes negociavam com Milei para apoiar seus projetos, agora decidiram dar-lhe as costas e se aliaram ao peronismo no Congresso. O ultradireitista que contava com

a vantagem inicial desses governadores e deputados, virou seu refém nos fatos.

Recentemente, apresentou-se um pedido de impeachment no Congresso contra o chefe do gabinete dos Ministros, Guillermo Francos, pela de suspender a execução da *Lei de Emergência em Deficiência* recém aprovada. Como se vê, trata-se de um governo desgastado e enfraquecido, incapaz de conter a crise política em meio ao acirramento dos choques inter-burgueses no seio das instituições. Mais um golpe recebeu Milei quando veio à tona os vínculos de José Luiz Espert, um dos principais candidatos a deputado pela LA, por vínculos comprovados com o narcotráfico.

Também o ultradireitista se acha cercado pelas críticas de importantes setores dos capitalistas que começam a criticar seu programa econômico. Caiu como balde de água fria a crítica do jornal *The Economist* que disse que a política econômica de Milei está presa a uma "dinâmica in-

continua →

...

Paíra sobre a economia a ameaça de uma recessão combinada à depreciação do valor do peso argentino imediatamente após as eleições. **A desagregação do governo se combina à ascensão eleitoral do peronismo que melhora suas possibilidades de retomar o governo em 2028, e assombra à burguesia.** Sobretudo, quando esse cenário se dá em um momento de fuga maciça de capitais e aumentos dos preços que liquidificam os salários, aumentando exponencialmente a possibilidade de uma explosão da luta de classes.

→ O aumento do preço do dólar arrastou para o buraco as importações, se refletindo em tendências recessivas logo potenciadas pelo quadro de desindustrialização e a queda dos investimentos produtivos. A venda das reservas acumuladas liquidou em 6 meses o empréstimo do FMI, de abril, por US\$20 bilhões devido à intervenção do governo vendendo dólares para abaixar seu preço. O aumento do risco econômico fez chegar nas alturas as taxas dos empréstimos e dos títulos do tesouro (até três vezes mais caros), encarecendo o acesso ao crédito e indicando a insolvência do governo para pagá-los. Foi esse processo que empurrou

o governo a solicitar um empréstimo direto à Reserva Federal dos EUA. Enquanto se desenvolvia a 80ª Assembleia da ONU, Milei se reuniu com Trump e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, rogando-lhes que efetivem um empréstimo para a Argentina via o *Fundo de Estabilização Cambiária* (ESF, em inglês). Em troca, Trump exigirá a instalação de bases norte-americanas no país, a entrega de reservas minerais, preferência em privatizações, novos recortes orçamentários e o pagamento de royalties para medicamentos de origem estadunidense em detrimento dos produzidos no país. Ou seja, aumentará a opressão nacional e o cerco contra os investimentos chineses no lítio e no cobre. Isto é, integrará ainda mais fisiologicamente o governo Milei à guerra comercial e às tendências bélicas traçadas contra a China.

Passados dois anos desde a vitória de Milei, a base social que lhe dera a vitória sofre as consequências do plano econômico fracassado. A massa dos assalariados mais precarizados, a juventude que recém-ingressa ao emprego ou está desempregada (e almeja por soluções mágicas que elevem suas condições de vida individuais), bem como a pequena burguesia e um setor da grande burguesia que acreditavam que a violenta redução salarial e precarização seriam uma via para seu enriquecimento, aprendeu pela prática que em meio à desindustrialização e à queda dos ingressos dos assalariados, se estreitam as vendas e retrocede a atividade econômica, afetando seus lucros

e negócios. A exportação que hipoteticamente poderia equacionar as quedas nas vendas e comércio no país, esbarrou com a guerra comercial e fechamento de mercados. A decomposição do governo expressa, portanto, a impossibilidade de uma saída capitalista à crise, seja no âmbito nacional, seja no internacional.

Paíra sobre a economia a ameaça de uma recessão combinada à depreciação do valor do peso argentino imediatamente após as eleições. A desagregação do governo se combina à ascensão eleitoral do peronismo que melhora suas possibilidades de retomar o governo em 2028, e assombra à burguesia. Sobretudo, quando esse cenário se dá em um momento de fuga maciça de capitais e aumentos dos preços que liquidificam os salários, aumentando exponencialmente a possibilidade de uma explosão da luta de classes. As condições reais e objetivas para o governo ser derrotado pela ação direta dos explorados e demais oprimidos estão colocadas pelo aumento das greves e manifestações de massas. Mas, se interpõem em seu desenvolvimento as manobras do peronismo que contêm e desvia esse instinto de revolta para as instituições e eleições. A principal força de oposição burguesa não pretende desestabilizar o governo Milei, e se dispôs a discutir como “pacificar” a disputa política porque lhes resulta melhor a seus cálculos eleitorais manter ao farsesco personagem como presidente, e o desgastar política e publicamente, melhorando assim as condições de sua vitória eleitoral em 2028.

A crise do governo avança em meio ao aumento das greves e manifestações massivas e nacionais. Operários, assalariados, médicos, enfermeiros, estudantes, professores universitários e aposentados não podem esperar mais dois anos até as eleições. Cada dia que passa se afundam ainda mais na pobreza e na miséria. A única saída favorável a seus interesses é fazer recair o custo da crise gerada pelos capitalistas sobre os próprios capitalistas lutando pela defesa dos direitos conquistados, a imediata recomposição salarial e o emprego a todos com a luta de classes. Eleva-se em meio à crise do governo a bandeira anti-imperialista de anulação do pagamento da dívida e da expropriação do grande capital (sem indenização) e sua estatização sob controle operário coletivo, visando colocar todos os recursos e forças produtivas em benefício das necessidades da nação e da maioria nacional oprimida.

Esse programa é parte da luta pela autodeterminação nacional e de ruptura com a opressão imperialista, que somente pode ser encarnado pelo proletariado conquistando sua independência de classe e sob a direção de seu partido revolucionário, erguendo a bandeira da derrubada do governo e da expropriação da burguesia. Isso significa organizar os explorados para romper com a colaboração de classes das direções subordinadas à oposição burguesa peronista, e ajudá-las a romper com suas ilusões na democracia burguesa, as aproximando do programa da revolução e ditadura proletárias. ●